



Leticia Oliveira da Silva

**Parentalidade em Contextos Distintos:
Crenças parentais e regulação emocional infantil**

Tese de Doutorado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Luciana Fontes Pessôa

Rio de Janeiro,
Março de 2022



Leticia Oliveira da Silva

**Parentalidade em Contextos Distintos:
Crenças parentais e regulação emocional infantil**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Luciana Fontes Pessôa
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Daniel Correa Mograbi

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Deise Maria Leal Fernandes Mendes

UERJ

Profa. Dandara de Oliveira Ramos

UFBA

Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Leticia Oliveira da Silva

Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada em Psicologia pela PUC-Rio. Psicoterapeuta Corporal Reichiana formada pelo Núcleo de Psicoterapia Reichiana. Atua como psicóloga clínica e na linha de pesquisa de Saúde e Desenvolvimento Humano. Em seus estudos, tem como foco de investigação a parentalidade e suas relações com o desenvolvimento infantil. É mediadora de rodas de conversa com pais e alunos do Akairos Curso, projeto educacional situado na Maré.

Ficha Catalográfica

Silva, Leticia Oliveira da

Parentalidade em contextos distintos : crenças parentais e regulação emocional infantil / Leticia Oliveira da Silva ; orientadora: Luciana Fontes Pessôa. – 2022.

83 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Crenças parentais. 3. Regulação emocional. 4. Parentalidade. 5. Satisfação. 6. Segurança. I. Pessôa, Luciana Fontes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

À minha orientadora Luciana Fontes Pessoa pela parceria e incentivo para a realização deste trabalho.

À CAPES e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos e sem aos quais este trabalho não poderia ter sido concluído.

Aos meus pais pela educação, carinho e incentivo.

Ao meu marido, pela paciência, compreensão e apoio.

Aos meus colegas da PUC-Rio.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os funcionários e professores do Departamento de Psicologia pela ajuda e orientação.

A todos os amigos e familiares que de alguma forma me incentivaram e/ou auxiliaram.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Silva, Leticia Oliveira da; Pessoa, Luciana Fontes. **Parentalidade em Contextos Distintos: Crenças parentais e regulação emocional infantil**. Rio de Janeiro, 2022. 83p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientadas por modelos culturais, as crenças parentais funcionam como importantes organizadores para o repertório de práticas utilizado por pais na interação com seus filhos. No que diz respeito às emoções, estudos apontam o quanto tais crenças e práticas podem impactar o desenvolvimento socioemocional infantil. Além disso, pesquisas sugerem que um ambiente físico e social favorável desempenha papel fundamental em relação a esse desenvolvimento. Nesse sentido, contextos vulnerabilizados pela violência podem influenciar modelos culturais, o que pode repercutir nas crenças parentais e nas competências emocionais infantis. Considerando o contexto da cidade do Rio de Janeiro, registros do Instituto de Segurança Pública apontam o quanto os índices de violência vêm apresentando números alarmantes. Visto isso, o presente estudo tem por objetivo investigar as relações entre crenças parentais sobre a emoção e a regulação emocional infantil em diferentes territórios da cidade, considerando a avaliação de segurança e satisfação no bairro. Para tal, participaram do estudo 40 mães da cidade do Rio de Janeiro, com filho(a) com idade entre 8 e 11 anos. Entre elas, 24 eram habitantes de territórios de favela e 16 habitantes de não-favelas. Foi utilizado um questionário sociodemográfico, a Escala de Crenças sobre Emoções, a Escala de Crenças Parentais sobre Competência Emocional em Crianças, a Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança e o *Emotional Regulation Checklist*. Os resultados indicaram não haver diferenças significativas entre os grupos de favela e não-favela em relação às crenças parentais e à regulação emocional infantil. No entanto, as mães residentes em favela apresentaram menores médias de satisfação e segurança no bairro quando comparadas às mães não residentes em favela. Além disso, foram encontradas correlações entre as crenças das mães sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções da criança e entre a avaliação de satisfação e segurança no bairro e a regulação emocional infantil. Tais resultados fornecem evidências sobre a importância do contexto no desenvolvimento da regulação emocional e elucidam aspectos importantes para a promoção da saúde emocional infantil.

Palavras-chave

Crenças parentais; Regulação emocional; Parentalidade; Satisfação; Segurança.

Abstract

Silva, Leticia Oliveira da; Pessôa, Luciana Fontes (Advisor). **Parenting in Different Contexts: Parental beliefs and child emotional regulation.** Rio de Janeiro, 2022. 83p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Guided by cultural models, parental beliefs function as important organizers for the repertoire of practices used by parents in their interaction with their children. With regard to emotions, studies show how such beliefs and practices can affect children's social-emotional development. In addition, research suggests that a favorable physical and social environment plays a key role in this development. In this sense, contexts made vulnerable by violence can influence cultural models, which can have repercussions on parental beliefs and children's emotional competences. Considering the context of the city of Rio de Janeiro, records from the Public Security Institute show how much the violence rates have been showing alarming numbers. Given this, this study aims to investigate the relationships between parental beliefs about emotion and children's emotional regulation in different territories of the city, considering the evaluation of safety and satisfaction in the neighborhood. To this end, 40 mothers from the city of Rio de Janeiro, with children aged between 8 and 11 years, participated in the study. Among them, 24 were inhabitants of favela territories and 16 inhabitants of non-favelas. A sociodemographic questionnaire, the Scale of Beliefs about Emotions, the Scale of Parental Beliefs about Emotional Competence in Children, the Satisfaction and Safety Rating Scale and the Emotional Regulation Checklist were used. The results indicated that there were no significant differences between favela and non-favela groups regarding parental beliefs and children's emotional regulation. However, mothers residing in favelas had lower means of satisfaction and safety in the neighborhood when compared to mothers not residing in favelas. Furthermore, correlations were found between the mothers' beliefs about their own emotions and beliefs about the child's emotions and between the assessment of satisfaction and safety in the neighborhood and child emotion regulation. These results provide evidence on the importance of context in the development of emotional regulation and elucidate important aspects for the promotion of child emotional health.

Keywords

Parental beliefs; Emotional regulation; Parenting; Satisfaction; Safety.

Sumário

1. Apresentação	11
2. Introdução	12
3. Objetivos	14
3.1. Objetivo geral	14
3.2. Objetivos específicos	14
4. Crenças parentais	15
4.1. Crenças parentais sobre as emoções	16
5. Regulação emocional	19
5.1. Regulação emocional infantil	21
6. Vulnerabilidade, parentalidade e contexto de favela	25
6.1. Pandemia e possíveis efeitos na parentalidade e na regulação emocional infantil	31
7. Método	35
7.1. Participantes	35
7.2. Instrumentos	35
7.3. Procedimentos de coleta	36
7.4. Procedimentos éticos	37
7.5. Procedimentos de análise	38
8. Resultados	40
8.1. Caracterização da amostra geral	40
8.2. Caracterização dos grupos	40
8.2. Diferença entre grupos	42
8.3. Correlação entre variáveis	43
9. Discussão	49
9.1. Diferença entre grupos	49
9.2. Correlações na amostra geral	51
9.3. Correlações na amostra de moradores de favela	55
9.4. Correlações na amostra de moradores de não-favela	57
10. Considerações finais	61

11. Referências	68
12. Anexos	75
Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75
Anexo B: Ficha sociodemográfica	77
Anexo C: Escala de Crenças sobre as Emoções	78
Anexo D: COMPE	79
Anexo E: Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança	81
Anexo F: ERC	82

Lista de Figuras

Figura 1. Nível de escolaridade materno dividido entre participantes que moram e não moram em favela ou área controlada por milícia.	41
Figura 2. Bairro de moradia de mães inseridas em contexto de favela.	41
Figura 3. Bairro de moradia de mães inseridas em contexto de não-favela.	42
Figura 4. Médias de Avaliação de Satisfação e Segurança de mães residentes em favela e residentes em não-favela.	43

Lista de tabelas

Tabela 1. Relação dos bairros de residência das participantes do estudo com seus respectivos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010), incluindo os fatores Renda (R), Educação (E) e Longevidade (L).	30
Tabela 2. Dados sociodemográficos divididos entre participantes que moram e não moram em favela.	40
Tabela 3. Correlações entre Escala de Crenças Sobre as Emoções (ECE), Escala de Crenças Emocionais Sobre Competência Emocional de Crianças (COMPE), Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança (EASS), Escala de Regulação Emocional (ERC).	44
Tabela 4. Correlações entre Escala de Crenças Sobre as Emoções (ECE), Escala de Crenças Emocionais Sobre Competência Emocional de Crianças (COMPE), Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança (EASS), Escala de Regulação Emocional (ERC) com dados divididos entre participantes que moram e não moram em favela ou área controlada por milícia.	46

Apresentação

Desde a graduação, temas relacionados ao desenvolvimento infantil me despertam a atenção. Movida por esse interesse, em 2015 ingressei no grupo de pesquisa Desenvolvimento, Biologia e Cultura (PUC-Rio), coordenado pela Prof^a Luciana Fontes Pessoa. Desde então, tenho participado diretamente de estudos desenvolvidos na área, tanto através de pesquisas desenvolvidas pelo grupo, quanto através das minhas próprias pesquisas de monografia, mestrado e, agora, de doutorado.

Durante o mestrado, enquanto investigava metas de socialização e estilos parentais, comecei a questionar o quanto as crenças e práticas dos cuidadores poderiam estar relacionadas a importantes aspectos do desenvolvimento infantil, dentre eles, a regulação emocional. Foi quando comecei a buscar entender melhor esse processo através da literatura científica produzida sobre o tema.

Nessa busca, pude observar três coisas: a) que um meio físico e social favorável parece ser fundamental para um desenvolvimento da habilidade de regulação emocional; b) que quando esse desenvolvimento ocorre de forma satisfatória, ele tende a estar associado à promoção de competências cognitivas e sociais e à baixa ocorrência de problemas internalizantes e externalizantes; c) que embora haja uma vasta literatura internacional a respeito, estudos brasileiros sobre o tema ainda são escassos.

Paralelamente, em 2016 iniciei uma parceria de trabalho com um reforço escolar na favela da Maré, local em que nasci e fui criada. Atuar nesse espaço me fez refletir sobre como uma série de questões desse contexto específico, entre elas a violência e a escassez de recursos, poderiam incidir como fatores de risco para a regulação emocional infantil.

Dado esse percurso, me senti motivada a escrever a presente tese, a fim de buscar compreender as relações entre crenças parentais sobre as emoções, a regulação emocional infantil e a avaliação de satisfação e segurança no bairro. Pretendo assim, contribuir para a ampliação do conhecimento científico acerca do tema e para o planejamento de políticas públicas para essa população.

2

Introdução

As investigações sobre o desenvolvimento socioemocional ainda são muito recentes na história da ciência. O que também se aplica ao conceito de regulação emocional, na medida em que constitui um importante aspecto desse desenvolvimento. Uma potencial explicação para esse fato parece estar associada a uma supervalorização, em um passado recente, do desenvolvimento cognitivo em detrimento do desenvolvimento emocional (Carter, Briggs-Gowan, & Davis, 2004). No entanto, a partir da década de 70, estudos sobre a temática ganharam maior notoriedade. Isso porque, pesquisas passaram a apontar a relevância do desenvolvimento emocional para o sucesso acadêmico, para o desenvolvimento cognitivo e para o desenvolvimento de habilidades sociais (Brassard & Boehm, 2007).

De uma forma geral, a regulação emocional pode ser definida como o desenvolvimento de processos intrínsecos ou extrínsecos responsáveis por monitorar, avaliar e modificar reações emocionais, variando em relação ao objetivo, tempo e intensidade da experiência emocional individual (Thompson, 1994). Nesse processo, é fundamental o papel desempenhado pelos adultos na regulação emocional infantil.

Nos primeiros anos de vida da criança, são os cuidadores principais que atuam como reguladores, ao atenderem de forma adequada às necessidades infantis (Thomas et al., 2017). Posteriormente, permanecem influenciando o processo de regulação emocional através de estratégias que garantam o bem-estar da criança e, ao mesmo tempo, proporcionem sua socialização emocional, de acordo com as expectativas da cultura (Melim, Matias, Ferreira, & Matos, 2019; Silva, Freire, & Faria, 2018).

Dito isso, um ambiente físico e social favorável é concebido como essencial para que a criança desenvolva a habilidade de regulação emocional. Nesse sentido, acredita-se que tanto as crenças parentais sobre a emoção quanto uma avaliação satisfatória do contexto no qual pais e filhos estão inseridos, possuem grande relevância para a maneira como a criança irá avaliar e gerenciar suas reações emocionais.

Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP, 2019) apontam o quanto os índices de violência na cidade do Rio de Janeiro, principalmente no subúrbio e nas favelas, vêm apresentando números alarmantes. Diante desse cenário, é possível que a regulação emocional possa ser afetada. A partir disso, abre-se o questionamento se haveriam

relações entre as crenças parentais sobre as emoções, a regulação emocional infantil e a percepção de satisfação e segurança no bairro.

Portanto, de acordo com a literatura revisada, foram formuladas algumas hipóteses sobre as relações entre os conceitos investigados. São elas: a) as crenças parentais sobre as próprias emoções estão relacionadas às crenças parentais sobre as emoções infantis; b) as crenças parentais sobre as emoções estão relacionadas com a regulação emocional infantil; c) as crenças parentais sobre as emoções estão relacionadas com a avaliação de satisfação e segurança no bairro; d) a regulação emocional infantil está relacionada com a avaliação de satisfação e segurança no bairro.

Além disso, dada a heterogeneidade de contextos socioculturais na cidade do Rio de Janeiro, também foram formuladas hipóteses exploratórias sobre diferenças entre os resultados de pessoas que moram em favelas e pessoas que não residem nesses territórios. São elas: a) mães habitantes em favela possuem crenças distintas sobre as emoções quando comparadas às mães habitantes em não-favela; b) crianças habitantes em favela possuem diferentes níveis de regulação emocional quando comparadas às crianças habitantes em não-favela; c) mães habitantes em favelas possuem diferentes níveis de satisfação e segurança no bairro quando comparadas às mães habitantes em não-favela.

Por fim, considerando que em nosso contexto cultural possui uma tendência de expectativas distintas sobre como meninos e meninas devem lidar com diferentes emoções (Dantas & Boruchvitch, 2019), buscou-se também explorar se haveriam diferenças nos resultados de regulação emocional infantil de acordo com o gênero. Sendo assim, foi formulada a hipótese de que meninas possuem maiores níveis de regulação emocional quando comparada aos meninos.

3

Objetivos

3.1.

Objetivo geral

Investigar as relações entre crenças parentais sobre a emoção e a regulação emocional infantil em contextos de favela e não-favela, considerando a avaliação de segurança e satisfação no bairro.

3.2.

Objetivos específicos

- Comparar os resultados de regulação emocional entre crianças residentes em favela e crianças residentes em não-favela;

- Comparar as crenças parentais sobre a emoção entre mães residentes em favela e mães residentes em não-favela;

- Comparar os índices de avaliação de segurança e satisfação no bairro entre mães residentes em favela e mães residentes em não-favela;

- Comparar os resultados de regulação emocional entre meninas e meninos;

- Identificar correlações entre as crenças das mães sobre as próprias emoções e as crenças sobre as emoções de seus filhos(as);

- Identificar correlações entre as crenças parentais sobre a emoção e a regulação emocional infantil em famílias residentes em favela e famílias residentes em não-favela;

- Identificar correlações entre a avaliação de segurança e satisfação no bairro e as crenças parentais sobre a emoção em mães residentes em favela e mães residentes em não-favela;

- Identificar correlações entre a avaliação de segurança e satisfação no bairro e a regulação emocional de crianças residentes em favela e crianças residentes em não-favela.

4

Crenças parentais

Estudos sobre a parentalidade têm se tornado cada vez mais frequentes nas investigações acerca do desenvolvimento humano. A ampliação do interesse pela temática está fundamentada em evidências de sua centralidade na promoção de um contexto de desenvolvimento das competências infantis que seja apropriado à ecologia local, aonde se inserem crianças e cuidadores (Geary & Flinn, 2001).

O exercício da parentalidade tende a ser orientado por um conjunto de crenças denominado etnoteorias parentais. De acordo com Harkness e Super (2006), as etnoteorias parentais consistem em modelos culturais, produzidos a partir da interação entre ambiente e indivíduo, que os pais detêm sobre filhos, família e eles próprios como pais.

Nesse sentido, as etnoteorias parentais devem ser pensadas a partir do conceito de nicho do desenvolvimento, quadro teórico que compreende o desenvolvimento infantil a partir de modelos culturais através de três componentes (Harkness & Super, 1993): a) configurações físicas e sociais em que a criança vive, incluindo condições materiais e pessoas com as quais a criança convive; b) costumes culturalmente construídos sobre os cuidados infantis e a parentalidade e; c) psicologia dos cuidadores, que inclui crenças e expectativas dos pais e/ou demais cuidadores da criança.

Visto isso, as etnoteorias parentais podem ser consideradas uma relevante forma de organização das práticas parentais e da rotina infantil. Isso porque, entende-se que as etnoteorias possibilitam uma maior compreensão da força das ideias culturais, que contribuem para a maneira como os pais organizam o dia-a-dia da criança, para os costumes e práticas instanciadas nessa organização e nos resultados do desenvolvimento infantil (Harkness & Super, 1992).

Através da realização de dois estudos transculturais, Harkness e Super (2006) acrescentam outras importantes considerações acerca das etnoteorias parentais: a) pais em qualquer lugar do mundo tendem a se esforçar para ver seus filhos saudáveis e felizes, variando, de acordo com a cultura, os meios utilizados para alcançar esse objetivo; b) as etnoteorias tendem a ter um alcance do universal para o particular, sendo algumas delas mais gerais e outras mais específicas a cada cultura e; c) as variações de crenças em um mesmo contexto cultural podem ser explicadas pelo nicho do desenvolvimento, que inclui contingências e flexibilidade.

Além disso, embora as etnoteorias parentais funcionem como importante organizador das práticas parentais, elas não necessariamente correspondem a essas práticas (Santana, 2006). De acordo com Lighthfoot e Valsiner (1992), isso ocorre porque as crenças são construídas nas relações sociais, sendo influenciadas pelo contexto, mas também contando com um sujeito ativo, que atua com suas idiossincrasias nessa construção.

4.1.

Crenças parentais sobre as emoções

No que diz respeito ao desenvolvimento emocional infantil, as crenças parentais também possuem uma importante função. Isso porque o conjunto de crenças que os cuidadores detêm sobre as emoções podem influenciar a compreensão, experiência e expressão emocional infantil (Eisenberg, Cumberland, & Spinrad, 1998). Esse pressuposto embasa o conceito de socialização da emoção, no qual as crenças e práticas dos cuidadores afetam o desenvolvimento socioemocional da criança que, por sua vez, responde a essas práticas, podendo atuar como agente de mudança do comportamento adulto em relação às emoções (Mendes, 2018).

Eisenberg e colaboradores (1998) propõem um modelo heurístico da socialização da emoção. Nesse modelo, as autoras sugerem que os comportamentos de socialização relacionados à emoção são influenciados por características da criança (e.g., idade, sexo, temperamento etc.), características parentais (e.g., valores, emocionalidade etc.), características da cultura (e.g., valores culturais, papel das práticas parentais etc.) e características do contexto específico (e.g., grau de inadequação do comportamento infantil, grau de importância de determinada situação, etc.).

Tal modelo vai ao encontro com a proposta de Mendes, Pessôa e Cavalcante (2016). De acordo com as autoras, o conhecimento acerca das emoções e a experiência emocional infantil incluem tanto as interações familiares, no qual os pais ensinam as crianças como expressar suas emoções e percebê-las nas demais pessoas, quanto os demais grupos sociais, onde a cultura fornece orientações sobre como educar filhos e padrões sobre como lidar com emoções.

Partindo da ideia de que as crenças são importantes organizadores para os comportamentos e práticas parentais, entende-se que a compreensão das crenças dos pais acerca das emoções é uma via fundamental no sentido de uma melhor apreensão acerca dos processos emocionais infantis. Evidências apontam que crenças,

comportamentos e habilidades parentais relacionadas à emoção representam 37% da variação da habilidade infantil em reconhecer as emoções (Castro, Halberstadt, Lozada, & Craig, 2015).

Benga, Susa-Erdogan, Friedlmeier, Corapci e Romonti (2019) examinaram as relações entre a trajetória de socialização, a autorregulação materna, as estratégias de regulação infantil e a expressão afetiva da criança em uma amostra romena de 40 díades mãe-bebê. Foi observado que as mães demonstraram valorizar mais a dimensão de autonomia em relação à dimensão de interdependência. No entanto, diferentes níveis de autonomia previram diferentes estratégias de regulação diante do atraso em tarefas de gratificação, na medida em que a concepção materna de *self* autônomo se refletiu em práticas regulatórias, destinadas a desenvolver o controle primário na criança. Além disso, houve associações significativas entre estratégias de regulação materna e as estratégias de regulação infantil durante essas tarefas.

Outros estudos indicam relações relevantes entre as crenças parentais sobre as emoções e a regulação emocional da criança. Rogers, Halberstadt, Castro, MacCormack e Garrett-Peters (2016) analisaram as relações entre as crenças maternas acerca das emoções, reações de apoio e não apoio as emoções da criança e a regulação e labilidade emocional infantil. Variáveis parentais como a reavaliação cognitiva e a supressão das emoções também foram consideradas. Os resultados indicaram que a baixa supressão das emoções maternas predisseram maior regulação emocional infantil. Ao passo que a valorização das emoções da criança, o uso da reavaliação cognitiva para a reinterpretação dos eventos e a baixa supressão emocional da mãe predisseram menor labilidade emocional da criança.

De forma semelhante, Meyer, Raikes, Virmani, Waters e Thompson (2014) analisaram os aspectos das emoções autorrelatadas pelos pais, suas relações com estratégias de gerenciamento das emoções negativas da criança e o comportamento de autorregulação emocional infantil. A crença parental sobre a importância da atenção e da aceitação das expressões emocionais e da valorização da autorregulação emocional revelaram associações com estratégias de socialização positivas e com a autorregulação infantil. Além disso, a relação entre crenças parentais e a regulação emocional da criança foram mediadas por estratégias construtivas de socialização.

Visto isso, é evidente que os principais cuidadores de uma criança possuem papel fundamental em sua regulação emocional, no sentido de ensinar respostas alternativas de acordo com a expectativa cultural (Thompson, 1994). Por outro lado, as relações

entre as crenças parentais da emoção e a regulação emocional infantil são extremamente complexas, na medida em que envolvem aspectos referentes a criança, aos pais - incluindo a interação entre eles - e ao contexto cultural. Portanto, a partir disso, cabe entender melhor o processo de regulação das emoções que, por si só, se caracteriza como um processo bastante complexo.

5

Regulação emocional

Na literatura produzida sobre regulação emocional é possível observar a utilização de diferentes modelos teóricos (Batista & Noronha, 2018). No entanto, mesmo diante da diversidade de modelos, as teorias de Gross (2015), Gross e Thompson (2007) e John e Gross (2004) se destacam como amplamente aceitas e utilizadas por muitos pesquisadores.

De acordo com Gross (1998), podemos definir a regulação emocional como um conjunto de estratégias utilizadas para diminuir, aumentar ou manter um ou mais componentes de uma resposta emocional. Orientado por perspectivas evolucionistas, o autor compreende que as tendências de respostas emocionais são momentâneas, envolvendo mudanças neurofisiológicas, experienciais e comportamentais, e podem ser moduladas de maneira a determinar a configuração final da resposta emocional.

Por outro lado, Thompson (1994), concebe a regulação emocional como um desenvolvimento de processos intrínsecos ou extrínsecos que seriam responsáveis por avaliar, monitorar e modificar reações emocionais, apresentando respostas individuais quanto ao objetivo, intensidade e tempo da experiência emocional. Nesse sentido, de acordo com a avaliação da emoção regulada, a regulação pode tanto aumentar quanto inibir a excitação emocional, levando a diferentes processos atencionais e tendências de resposta. Se, por exemplo, uma criança pequena tem um desconforto gerado pela ausência da mãe, ela demonstra que precisa de ajuda chorando e erguendo os braços, mas logo assim que é atendida, apresenta demonstrações de conforto e satisfação.

Visto isso, Gross e Thompson (2007) discutem a imprecisão do termo regulação emocional, uma vez que nesse processo, além das emoções regularem a si próprias, elas regulam pensamentos e comportamentos. Sendo assim, consiste num processo que promove mudanças na dinâmica de experiências emocionais no que diz respeito tanto à latência, valência, magnitude e duração, quanto aos demais componentes referentes a manifestações fisiológicas, comportamentais e experienciais.

Gross (2015) destaca três importantes características da regulação emocional. A primeira, chamada ativação do objetivo, está relacionada ao que o indivíduo busca realizar, é o que dá origem a emoção. O objetivo pode contribuir tanto para diminuição da intensidade e duração de emoções negativas quanto para o aumento da intensidade e duração de emoções positivas.

A segunda característica, o engajamento de processos, diz respeito a estratégia que altera a trajetória da emoção. Ocorre a partir de cinco etapas, nomeadas por Gross (2015) como famílias do processo de regulação emocional: a) seleção da situação: seleção de ações que decorrem ou não de uma situação que antecipamos e que dará origem a uma emoção desejável ou indesejável; b) modificação da situação: mudanças em condições externas que possibilitem impacto emocional mais adequado ao objetivo; c) disposição atencional: direcionamento da atenção de modo a impactar na experiência emocional; d) mudança cognitiva: modificação da avaliação e do significado emocional; e) modulação da resposta: início da tendência de resposta que ocorre ao final do processo gerador da emoção.

Por fim, a terceira e última característica, chamada de impacto emocional, refere-se ao resultado do processo de regulação emocional. Tal característica abrange latência, valência, magnitude e duração da dinâmica emocional. Além disso, abarca a consequência da ativação do objetivo e da estratégia de regulação emocional (Gross, 2015).

Ademais, Jonh e Gross (2004) destacam duas principais estratégias no que diz respeito à regulação das respostas emocionais: reavaliação cognitiva e supressão emocional. A reavaliação cognitiva consiste numa mudança cognitiva que envolve a reinterpretação da situação emocional de forma a alterar o impacto emocional da mesma. Já a supressão emocional se refere a modulação da resposta emocional, que envolve a inibição dos comportamentos de expressão emocional.

Ainda de acordo com Jonh e Gross (2004), respostas de reavaliação cognitiva seriam mais saudáveis do que as respostas de supressão emocional. Isso porque, a reavaliação cognitiva requer menos esforços para a modificação da resposta emocional ao focar em antecedentes, enquanto a supressão emocional, além de requerer mais esforços, por focar na resposta, pode levar a comportamentos de evitação.

Visto isso, a regulação emocional consiste em um recurso fundamental para as exigências de adaptação do ser humano ao seu contexto social. De acordo com estudos atuais, as estratégias de regulação emocional auxiliam no desenvolvimento saudável e harmonioso das pessoas em seus diferentes ambientes de interação e atenuam o desenvolvimento de problemas de comportamento (Vieira et al., 2020). Além disso, elas também se revelam importantes na prevenção e diminuição de estados depressivos, ansiedade e comportamentos agressivos (Khakpoor, Saed, & Kian, 2019; Machado & Mosmann, 2020).

Tais estratégias de regulação, no entanto, não se fazem presentes desde o início da vida, mas são desenvolvidas a partir da maturação cognitiva, neurológica e motora do indivíduo (Rocha, Candeias, & Silva, 2018). Nesse sentido, cabe entender melhor a regulação emocional enquanto um importante processo do desenvolvimento infantil.

5.1.

Regulação emocional infantil

Ao longo do desenvolvimento infantil, a regulação emocional passa por estágios de amadurecimento. Inicialmente, são os cuidadores principais quem desempenham a função de reguladores, atendendo às demandas infantis (Thomas et al., 2017). Mais tarde, continuam a influenciá-la mediante estratégias que assegurem o bem-estar da criança e que, ao mesmo tempo, promovam a socialização do comportamento emocional de acordo com as expectativas culturais (Melim et al., 2019; Silva et al., 2018).

Com a maturação neurológica, motora e cognitiva, a criança vai adquirindo, gradativamente e de forma progressiva, a capacidade de modular suas próprias emoções e cumprir normas de expressão, o que pode ser observado em torno dos cinco anos de idade (Rocha et al., 2018). Mas é entre seis e oito anos que ocorre uma mudança fundamental: a transição de uma compreensão comportamental para uma compreensão mental das emoções (Holodynski & Friedelmeier, 2010). Assim, a criança torna-se capaz de adotar estratégias de regulação emocional de cunho cognitivo.

Portanto, é essencial que as crianças possam desenvolver um bom repertório de estratégias de regulação, o que pode consistir numa importante forma de prevenção em relação a problemas de internalização e externalização (Khakpoor et al., 2019; Machado & Mosmann, 2020). Assim como, ser um caminho possível para o fortalecimento do bem-estar psicológico (Vitorino & Machado, 2018), aprimoramento de habilidades sociais e melhor desempenho escolar (Vieira et al., 2020).

No que diz respeito às diferentes estratégias emocionais infantis de enfrentamento, Eisenberg et al. (1993), propõem as seguintes:

- a) Solução de problemas: tomam-se as medidas apropriadas para lidar com a situação, buscando uma maneira de consertar;
- b) Buscar suporte ao adulto: pede-se assistência a um adulto;
- c) Buscar suporte aos pares: pede-se assistência a um colega;

- d) Reavaliação cognitiva: pensa-se em algo no sentido de minimizar a importância do ocorrido;
- e) Emoção de ventilação: é expressa uma forte emoção;
- f) Agressão: reage-se de maneira agressiva ao ocorrido;
- g) Distração: passa-se a realizar uma atividade completamente diferente;
- h) Não fazer nada: deixa-se a situação, não apresentando expressões.

Quiñones-Camacho e Davis (2019) acrescentam outras cinco importantes estratégias. São elas: a) a distração cognitiva, quando a criança tenta pensar em outra coisa; b) a ruminação, quando continua a pensar frequentemente sobre a situação; c) a supressão do pensamento, quando a tentativa consiste em se impedir de pensar na situação; d) aceitação, quando a criança aceita o que está sentindo e se deixa sentir assim; e) respiração ou acalmamento, quando respira tentando se acalmar.

A literatura aponta que diversos fatores parecem influenciar na adoção de diferentes estratégias de regulação emocional pela criança. Um desses fatores consiste na sintomatologia depressiva. De acordo com estudos anteriores, crianças com indicadores de depressão tendem a demonstrar dificuldade na percepção e monitoramento de algumas emoções, o que tende a prejudicar o processo de regulação emocional (Borges & Pacheco, 2018; Cruvinel & Boruchovitch, 2011).

Um outro elemento considerado importante no desenvolvimento de estratégias de regulação infantil está associado a determinadas características dos cuidadores principais. A conversação familiar sobre as emoções e as estratégias de regulação adotadas pelos próprios cuidadores na interação com seus filhos tendem a estar diretamente relacionadas ao repertório de estratégias utilizadas pela criança (Curvello & Mendes, 2020; Macedo & Sperb, 2013).

Além disso, de acordo com Arándiga e Tortosa (2004), cada emoção solicita a utilização de diferentes estratégias de regulação ou enfrentamento. No caso da raiva, os autores afirmam que, além de diversas estratégias de enfrentamento, a distração, a mudança de pensamento, o afastamento da situação e a assertividade são algumas das estratégias priorizadas. Por outro lado, em relação ao medo, afirmam que algumas das estratégias mais utilizadas são: a identificação da origem do medo, a avaliação do perigo real e a solicitação de ajuda.

Ao examinar diferenças na sensibilidade com a qual as crianças demonstram consciência das estratégias de regulação emocional que se encaixam em contextos emocionais específicos, Quiñones-Camacho e Davis (2019) perceberam que as crianças

apresentaram melhor sensibilidade aos contextos de raiva e medo, quando comparados ao contexto de tristeza. Os autores apontam, assim, que um melhor controle atencional infantil previu um melhor endosso de estratégias de regulação emocional adequadas.

Em direção semelhante, Hourigan, Goodman e Southam-Gerow (2011) investigaram as discrepâncias no relato de pais e filhos sobre a regulação de diferentes emoções da criança. Os resultados apontaram um uso mais frequente da inibição no relato das crianças, quando comparada ao relato dos pais, nas três emoções investigadas: raiva, tristeza e preocupação. No entanto, as crianças descreveram uso mais pronunciado da inibição da raiva do que das outras duas emoções. Além disso, a idade emergiu como um preditor significativo da discrepância no relato entre pais e filhos sobre a regulação da raiva.

Tais estudos corroboram com a ideia de que diferentes emoções tendem a ter diferentes estratégias de regulação priorizadas. Por outro lado, o contexto em que essas emoções emergem também parece atuar de forma significativa na estratégia de regulação adotada, ainda que em diferentes contextos surja a mesma emoção.

Santos (2005) investigou o uso de estratégias de regulação emocional em crianças de 6 a 10 anos, em dois contextos fictícios que envolviam medo: ameaça social, representada por um mau desempenho diante de outras pessoas na escola, e ameaça à integridade física. Foi observado que no contexto de ameaça social, o uso da estratégia de distração foi mais frequente. Por outro lado, no contexto de ameaça à integridade física, a estratégia mais priorizada foi a de interação social.

Ademais, outros fatores também parecem influenciar na adoção de diferentes estratégias de regulação da criança. Dentre eles, estão o contexto e os objetivos da regulação (English, Lee, John, & Gross, 2017), a cultura (Dias, Vikan, & Gravas, 2000), o momento histórico e a classe social (Roazzi, Dias, Silva, Santos, & Roazzi, 2011), a idade e o gênero da criança (Dantas & Boruchovitch, 2019; Roazzi et al., 2011) e a inserção em ambientes adversos (Moreira, Abreu, & Rique-Neto, 2012).

Pesquisas apontam o quanto crianças de baixa condição socioeconômica sofrem impactos negativos na sua regulação emocional em função de ambientes violentos e de alto conflito, tanto dentro quanto fora de casa (Osofsky, 1995; Repetti, Taylor, & Seeman, 2002). Nesse sentido, o desenvolvimento de competências de regulação emocional se torna um processo mais desafiante para crianças inseridas em ambientes em desvantagem social (Wanless, McClelland, Tominey, & Acock, 2011). Visto isso,

considerar a investigação de contextos vulneráveis parece ser extremamente relevante para a ampliação dos estudos sobre regulação emocional infantil.

Vulnerabilidade, parentalidade e contexto de favela

A concepção de vulnerabilidade social é bastante complexa. Mas, em linhas gerais, pode-se dizer que envolve o resultado negativo entre os recursos materiais ou simbólicos que um indivíduo ou grupo possuem e o acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais providas pelo Estado e pela sociedade (Abramoway, Castro, Pinheiro, Lima, & Martinelli, 2002).

Pesquisas realizadas em países em desenvolvimento apontam para prejuízos severos no desenvolvimento de crianças pertencentes a populações socialmente vulneráveis (Walker et al., 2007, 2011). Alterações fisiológicas, psicológicas e no relacionamento interpessoal tendem a estar associadas à exposição à violência, seja enquanto vítima ou testemunha (Malik, 2008). Além disso, de acordo com estudos recentes, cuidadores inseridos nessas populações tendem a apresentar uma série de dificuldades em relação ao exercício da parentalidade (Jocson & McLoyd, 2015; Maguire-Jack & Klein, 2015; Masarik & Conger, 2017).

Um estudo norte-americano investigou a associação entre as condições de saúde de crianças e adolescentes, fatores comunitários (recursos físicos, ameaças ambientais e eficácia da coletividade) e as práticas parentais (Fan & Chen, 2012). Os resultados apontaram que os três fatores comunitários se associaram diretamente às condições de saúde infantil, porém, foram mediadas pelas práticas parentais.

Em revisão narrativa da literatura, Alvarenga, Oliveira e Lins (2018) analisaram estudos realizados nos últimos dez anos que investigavam relações entre variáveis sociodemográficas associadas à vulnerabilidade social e a parentalidade. De acordo com os achados, os autores organizaram suas considerações a partir de três temas: a) nível socioeconômico, renda familiar e ocupação dos pais; b) escolaridade parental e c) número de filhos e de moradores por domicílio.

De forma geral, foi observada uma tendência de pais com renda e níveis socioeconômicos mais elevados e com maior *status* ocupacional utilizarem menos práticas coercitivas e valorizarem mais a autonomia (Alvarenga et al., 2018). Tais resultados são explicados através do modelo do estresse familiar, na qual a falta de recursos pode ameaçar a satisfação de necessidades básicas, o que, por sua vez, pode gerar sintomas físicos e emocionais nos cuidadores, podendo favorecer o uso da coerção

e de práticas de socialização severas (Conger, Conger, & Martin, 2010; Masarik & Conger, 2017).

Em relação à escolaridade parental, notou-se uma propensão de pais com menores níveis de escolaridade a utilizarem práticas severas - especialmente punição física e controle excessivo - ou de superproteção, além de tenderem a enfatizar metas de interdependência (Alvarenga et al., 2018). É levantada a hipótese de que a maior escolaridade pode estar relacionada a um maior conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, o que tende a gerar expectativas mais realistas acerca do desenvolvimento da criança e da parentalidade, aumentando o número de explicações e diminuindo as práticas punitivas (Ribas Jr., Moura, & Bornstein, 2003). Outra explicação foi a de que maiores níveis de escolaridade poderiam contribuir para ampliação de comportamento dos pais e, conseqüentemente, para a diversificação de estratégias na interação com os filhos (Carmo & Alvarenga, 2012).

Por fim, percebeu-se que, no geral, o aumento do número de filhos e moradores se associou à redução da qualidade ou frequência da relação pais-filhos e aos cuidados oferecidos (Alvarenga et al., 2018). Nesse sentido, é entendido que pais com grande número de filhos, normalmente, tendem a ter limitações de recursos e tempo disponíveis, o que pode gerar baixa frequência e qualidade das práticas de cuidado. Além do mais, é acrescentado que, de acordo com a teoria do investimento parental, pais em contextos vulneráveis possuem propensão a investir mais quantitativamente em sua prole devido ao risco de não sobrevivência, tornando o investimento qualitativo reduzido (Trivers, 1972).

Nesse sentido, a escassez de recursos e a falta de acesso à educação formal de qualidade parecem explicar grande parte dos resultados negativos em tarefas de parentalidade desempenhada por cuidadores em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, Alvarenga et al. (2018) acrescentam que a interação entre essas variáveis é complexa e envolve uma série de fatores individuais e culturais. Famílias de alto nível socioeconômico, por exemplo, também podem apresentar dificuldades no exercício da parentalidade, na medida em que o alto *status* ocupacional pode reduzir o tempo de interação com os filhos (Grzybowski & Wagner, 2010). Por outro lado, mães com baixo nível de escolaridade também podem apresentar conhecimento satisfatório acerca do desenvolvimento infantil, seja através de consultas médicas, rede de apoio ou experiências com filhos anteriores (Cruz, Cavalcante, & Pedroso, 2014).

De forma semelhante, o estudo de Silva, Cunha, Ramos, Pontes e Silva (2019) também avaliou relações entre vulnerabilidade e parentalidade. Os autores investigaram duas variáveis específicas dentro desses temas: pobreza e estresse parental. Participaram do estudo, 433 famílias da cidade de Belém. Partindo de uma concepção multidimensional da pobreza (vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infantil e carência habitacional), verificou-se uma relação significativa entre famílias mais pobres (índice total) e alto estresse parental, assim como entre famílias menos pobres (índice total) e estresse parental normal. Além disso, também foram encontradas relações significativas entre famílias mais pobres e alto estresse parental e entre famílias menos pobres e estresse parental normal nas seguintes dimensões: acesso ao conhecimento, escassez de recursos e desenvolvimento infantil (trabalho precoce, evasão ou atraso escolar e mortalidade infantil).

Visto que fatores de vulnerabilidade social como baixo nível socioeconômico, escassez de recursos, privação ao conhecimento, baixo nível de escolaridade, entre outros, podem favorecer o estresse parental e o uso de práticas educativas negativas, promover estudos direcionados a populações vulneráveis é fundamental. No Brasil, grande parte dos indivíduos em situação de vulnerabilidade reside nos chamados aglomerados subnormais, assentamentos irregulares também conhecidos como favelas, invasões, comunidades etc. De acordo com o último Censo, apenas na cidade do Rio, existem 763 favelas, que abrigam cerca de 22% da população carioca. Dentre as cidades brasileiras, o Rio é a que possui o maior número de moradores em favelas (IBGE, 2010).

De acordo com o IBGE (2019), a maioria das favelas brasileiras (64,93%) se encontra localizada a menos de dois quilômetros de distância de hospitais. Por outro lado, o portal de transparência da Prefeitura do Rio de Janeiro¹ indica que, o Sistema de Regulação Ambulatorial (Sisreg) apresenta uma demora significativa em relação aos atendimentos em saúde na rede pública do município. São 170.660 solicitações em fila, com tempo médio de espera de 60 dias para consulta e de 38 dias para exame. Além disso, as cirurgias eletivas também podem gerar um longo tempo de espera. A depender do procedimento, a espera pode durar até 295 dias.

¹ Disponível em <https://web2.smsrio.org/minhasaudeRio/#/painel>. Acesso em 14/11/2021 às 12:25.

Já em termos educacionais, a evasão escolar é algo a ser considerado. A Pesquisa Nacional sobre Saúde Escolar (IBGE, 2019) indicou que 11,6% de alunos do Rio de Janeiro, com idade de 13 a 17 anos, deixaram de frequentar a escola por falta de segurança no trajeto casa-escola. Na avaliação de estudantes da rede pública, o percentual é ainda maior, são 12,5%. Além disso, 20,4% dos estudantes da rede pública, faltam, ao menos, uma aula por mês por esse motivo. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), 74% das escolas cariocas tiveram ao menos um tiroteio em seus arredores no ano de 2019².

A fim de realizar um levantamento sobre o perfil e as percepções de pessoas residentes em favelas, O Instituto Data Favela realizou uma pesquisa com dois mil moradores de 63 favelas brasileiras durante o segundo semestre de 2013³. Os resultados foram divulgados no livro “Um país chamado favela” publicado em 2014. Nessa pesquisa, o número de moradores de favelas do Rio já havia alcançado a marca de dois milhões, um aumento de quase 600 mil habitantes em relação ao último Censo (IBGE, 2010).

Além disso, a pesquisa apontou outros resultados importantes. Dentre os participantes, 3% não eram instruídos, 27% tinham o ensino médio completo, 4% estavam cursando o ensino superior e, apenas, 1% havia completado a faculdade. Além disso, na avaliação desses moradores, 73% consideraram as favelas violentas e 18% as consideraram muito violentas. Contudo, para 60% as condições na favela teriam melhorado em relação aos anos anteriores à pesquisa e 76% acreditava que continuaria a melhorar nos próximos anos. Por fim, 66% dos entrevistados afirmaram não desejar sair da favela, ainda que sua renda dobrasse e 94% se consideraram felizes.

Nesse sentido, uma característica frequentemente presente no contexto das favelas é a violência comunitária. Ela consiste num recorte específico da violência urbana, compreendendo conflitos nas relações interpessoais mais próximas ao local de moradia e ao bairro, se estendendo a outros espaços socializadores, como a escola, o que pode afetar a família e o grupo de pares (Assis, Avanci, & Pesce, 2013).

Conforme Assis et al. (2013), criminalidade, pobreza, infraestrutura inadequada, desemprego, desigualdade social e redes de proteção frágeis possuem forte associação

² Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/07/estudo-mostra-que-74percent-das-escolas-do-rio-tiveram-pelo-menos-um-tiroteio-no-entorno-no-ano-de-2019.ghtml>. Acesso em 29/03/22 às 15:10.

³ Disponível em <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/favelas-cariocas>. Acesso em 11/10/21 às 10:55.

com a violência comunitária. No caso das favelas, os conflitos armados gerados pelo tráfico de drogas e pelas milícias, a violência policial, o direito cerceado de ir e vir e a escassez dos equipamentos sociais são formas recorrentes de violência comunitária. Desse modo, grande parte dos moradores não participam dessa violência, mas são diretamente afetados por ela.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP, 2019), 434 pessoas foram mortas em ações das forças de segurança no estado do Rio de Janeiro no primeiro trimestre de 2019, um aumento de 41,8% em relação ao mesmo período de 2018 e o maior número desde quando os dados começaram a ser compilados pelo ISP em 2003. Além disso, cabe acrescentar que grande parte dessas mortes ocorreu em território de favela. Somente na comunidade do Fallet e Fogueteiro, no Centro do Rio, foram 15 homicídios.

Por outro lado, bairros cariocas não caracterizados como territórios de favela, também parecem ser impactados pela violência, embora de maneira distinta. Um levantamento sobre crimes contra o patrimônio realizado em agosto 2019 apontou que, em 13 áreas do estado do Rio, o somatório de roubos de rua (roubos de celulares, pedestres e em ônibus) nos oito primeiros meses do ano cresceu em até 71% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A área com maior crescimento foi a do 19º Batalhão da Polícia Militar, correspondente aos bairros de Leme e Copacabana. Nessa região o aumento foi de 428 ocorrências em relação ao ano anterior (ISP, 2019).

Sendo assim, acredita-se que situações de violência e risco podem gerar impactos diretos na saúde física e emocional das crianças, mas também podem impactar a saúde de seus cuidadores, influenciando no exercício da parentalidade. Dessa forma, assim como no modelo do estresse familiar a falta de recursos pode ameaçar as necessidades básicas da família, gerando estresse e afetando de forma negativa as práticas parentais (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017), acredita-se que ter o direito à vida, frequentemente, ameaçado possa trazer consequências semelhantes (Fan & Chen, 2012).

Contudo, cabe acrescentar que, ao avaliar esses contextos, as diversidades de diferentes territórios precisam ser consideradas. Isso porque cada território possui suas próprias especificidades. No presente estudo, participantes de bairros situados em diferentes zonas da cidade do Rio de Janeiro responderam sobre suas avaliações de satisfação e segurança no bairro onde moram. Para uma maior contextualização dessa pluralidade, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desses territórios.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH consiste em uma medida de três fatores básicos do desenvolvimento humano e seu progresso em longo prazo: renda, educação e saúde.⁴ Essa medida foi criada pelo próprio PNUD, a partir da necessidade de um contraponto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que se restringe apenas a medida econômica do desenvolvimento de um território.

Na Tabela 1, estão listados os bairros de residência das participantes desse estudo e seus respectivos IDH. Além disso, os bairros foram divididos como território de favela ou não-favela com base na resposta das participantes em relação à pergunta: “Seu bairro de residência é caracterizado como favela ou comunidade?”.

Tabela 1: Relação dos bairros de residência das participantes do estudo com seus respectivos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2010), incluindo os fatores Renda (R), Educação (E) e Longevidade (L).

Favela					Não-Favela				
Bairro	IDH	R	E	L	Bairro	IDH	R	E	L
Olaria/Tenente Pimentel	0,834	0,899	0,804	0,802	Laranjeiras	0,954	0,940	0,924	1,000
Pavuna/Nova Pavuna	0,766	0,839	0,751	0,712	Tijuca	0,941	0,933	0,914	0,978
Campo Grande/Pq. da Esperança	0,718	0,802	0,679	0,681	Copacabana	0,935	0,937	0,874	0,998
Quintino/Caixa D'água	0,708	0,825	0,639	0,674	Vila Isabel	0,912	0,928	0,871	0,938
Andaraí/Morro do Andaraí	0,708	0,813	0,630	0,692	Sulacap	0,889	0,919	0,866	0,884
Recreio/Vista Alegre do Recreio	0,701	0,824	0,598	0,698	Ramos	0,858	0,909	0,832	0,834
Bonsucesso/Maré	0,686	0,815	0,589	0,673	Barra da Tijuca	0,818	0,907	0,744	0,811
Tomás Coelho/Juramento	0,652	0,765	0,570	0,637	Cordovil	0,778	0,865	0,723	0,752
Inhaúma/Fazendinha	0,648	0,757	0,549	0,655	Ilha do Governador/Jd. Guanabara	0,751	0,928	0,684	0,949
Vila Isabel/Morro dos Macacos	0,637	0,762	0,525	0,647	Taquara	0,679	0,776	0,617	0,655

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Visto isso, pode-se notar uma tendência de menor IDH na maioria dos bairros caracterizados como território de favela em comparação aos bairros não caracterizados como favela. Essa diferença é ainda mais discrepante quando comparados os fatores Educação e Longevidade. No entanto, também é possível observar o quão plurais são esses diferentes territórios, sendo alguns mais vulnerabilizados que outros.

⁴ Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 27/03/2022 às 10:30.

Nesse sentido, pesquisas apontam que mães inseridas em contextos de vulnerabilidade social tendem a apresentar baixos níveis de regulação emocional, demonstrando reações insatisfatórias às expressões emocionais negativas da criança (Gao & Han, 2016; Shaffer, Suveg, Thomassin, & Bradbury, 2012). Além disso, estudos atuais também sugerem o quanto crianças em situação de vulnerabilidade podem se beneficiar da discussão materna sobre as emoções, assim como pelo treinamento emocional materno (Brophy-Herb et al., 2015; Ellis, Alisic, Reiss, Dishion, & Fisher, 2014).

No entanto, são raros os estudos nacionais que investiguem essas relações, reforçando a necessidade da ampliação de pesquisas empíricas que possibilitem uma melhor compreensão desses processos em populações vulneráveis do nosso país. O que, de alguma maneira, pode fornecer evidências importantes para elaboração de políticas públicas que favoreçam a promoção da saúde emocional de pais e crianças residentes em contexto de favela.

6.1.

Pandemia e possíveis efeitos na parentalidade e na regulação emocional infantil

Durante a realização desse estudo, uma grave crise mundial foi estabelecida em função de uma pandemia gerada pela disseminação da *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19). Diante da ausência de tratamento farmacológico com eficácia comprovada e da inexistência inicial de vacina como medida preventiva (Goodman & Borio, 2020), o distanciamento social foi adotado como estratégia de controle da propagação do vírus (Linhares & Enumo, 2020). O contexto descrito gerou algumas particularidades e tornou-se importante buscar entender seus possíveis desdobramentos na parentalidade e no processo de regulação emocional infantil.

Linhares e Enumo (2020) propõem reflexões importantes nesse sentido. Com base na Teoria do Caos (Evans & Wachs, 2010), que consiste numa releitura da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011), as autoras apontam um caminho para a compreensão dos efeitos da pandemia no desenvolvimento infantil.

De acordo com Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano possui quatro componentes: a) pessoa, que engloba aspectos individuais como genética, temperamento, gênero etc; b) processos, caracterizados como proximais (interações

diretas com outras pessoas, símbolos ou objetos) ou distais (interações indiretas que afetam o desenvolvimento como, por exemplo, o emprego dos pais); c) contexto no qual a pessoa se insere e interage; d) tempo no qual esse ser se desenvolve.

Além disso, na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento ocorre em diferentes sistemas interrelacionados. O microsistema corresponde às relações proximais, realizadas face-a-face. O mesossistema compreende dois ou mais contextos nos quais a pessoa participa. O exossistema envolve relações indiretas com um contexto específico que podem afetar o ambiente da pessoa, como no caso de processos distais. E, por fim, o macrosistema que abarca todos os demais contextos de forma ampla e complexa (Bronfenbrenner, 2011).

Nesse sentido, o contexto familiar se caracteriza como o primeiro microsistema no qual são forjados os processos proximais entre cuidadores primários e crianças (Bronfenbrenner, 2011). Contudo, em alguns espaços familiares, determinados fatores de risco podem ameaçar o desenvolvimento sadio dessas crianças. Na leitura da Teoria do Caos, esses ambientes são identificados como “microcontextos caóticos”, onde a falta de estrutura, o ambiente barulhento e o elevado número de pessoas numa mesma moradia podem ser considerados como alguns desses fatores de risco (Evans & Wachs, 2010).

Ademais, nessa linha de compreensão, eventos históricos também tendem a afetar o curso do desenvolvimento humano, seja positiva ou negativamente (Bronfenbrenner, 2011). Dito isso, de acordo com Linhares e Enumo (2020), a pandemia da COVID-19 pode ser entendida como um evento adverso significativo, na medida em que os recursos e limites dos seres humanos são constantemente testados pela ameaça à sobrevivência e pela imposição do distanciamento social como medida de contenção. Para as autoras, tais fatores se refletem eminentemente no ambiente familiar e no desenvolvimento infantil.

Linhares e Enumo (2020) enumeram alguns dos desafios enfrentados pelas famílias diante da determinação de distanciamento social:

A determinação do distanciamento social, que leva ao confinamento no contexto doméstico, como única forma de prescrição disponível para o enfrentamento dessa adversidade, trouxe novos e grandes desafios para as famílias, tais como: convivência próxima por longos períodos de tempo; ausência da rotina de ir a escolas, creches, núcleos assistenciais, esporte e lazer; trabalho realizado à distância dos pais; rearranjo do ambiente físico para acomodar as demandas de trabalho, estudo e brincadeiras; sobrecarga de trabalho doméstico; instabilidade no emprego, desemprego e problemas financeiros; falta ou irregularidade do suporte regular dos serviços de saúde e assistência social e comunitária à família, separação de familiares, entre outros (p.4).

Além disso, as autoras apontam que a ameaça de morte passa a ser, frequentemente, um assunto em pauta. E, desse modo, o contexto familiar passa a ser contaminado por incertezas e pela falta de previsão em relação ao retorno aos contextos sociais fora do ambiente doméstico, o que pode ser extremamente ansiogênico (Linhares & Enumo, 2020).

Sendo assim, a restrição ao microsistema familiar, devido à recomendação de distanciamento social, privou as crianças de um segundo microsistema fundamental, a escola. De acordo com Linhares e Enumo (2020), as perdas vão para além da aprendizagem formal. As crianças passam a ser privadas da socialização com pares, que se apresentam como essenciais para experiências lúdicas compartilhadas, cooperação, convivência com diferenças, enfrentamentos de desafios, adiamento de gratificações etc.

Visto isso, é possível que diante de um cenário tão adverso, diferentes aspectos do desenvolvimento infantil sejam impactados. Pesquisas anteriores indicam que crianças inseridas em contextos estressores apresentam maiores níveis de cortisol, hormônio que regula o estresse, quando comparadas às crianças que vivem fora desses contextos (Slopen, McLaughlin, & Shonkoff, 2014). Por outro lado, os níveis de cortisol tendem a se relacionar com o sistema imunológico e com o sistema nervoso, inclusive com áreas relacionadas à aprendizagem, memória e emoção (Shonkoff, Richter, van der Gaag, & Bhutta, 2012).

Nessa medida, no que diz respeito à regulação emocional infantil, entende-se que o contexto pandêmico pode ser caracterizado como um possível fator de risco. Isso porque os estressores, anteriormente descritos, podem atuar de forma significativa em áreas do sistema nervoso relacionadas ao processo de regulação emocional, devido ao aumento de cortisol, comprometendo a adoção de estratégias apropriadas para diferentes situações emocionais.

Além disso, no caso de populações vulneráveis, como as que vivem em contexto de favela, a pandemia gerou outros agravantes. Em fevereiro de 2021, o Instituto Data Favela, em parceria com a Locomotiva e a Central Única das Favelas (CUFA), realizou uma pesquisa com 2087 moradores de 76 favelas brasileiras, a fim de avaliar os impactos da pandemia nessa população⁵.

Os resultados apontaram que 68% dos participantes não tiveram dinheiro para comprar comida em ao menos um dia durante as duas semanas anteriores a coleta dos

⁵ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/quase-70-dos-moradores-de-favelas-nao-tem-dinheiro-para-comida>. Acesso em 11/10/21 às 12:50.

dados. Além disso, a média de refeições diárias teve uma queda de 2,4, em agosto de 2020, para 1,9 em fevereiro de 2021. Entre as famílias dos entrevistados, 71% estavam vivendo com menos da metade da renda que obtinham antes da pandemia e 93% não possuíam dinheiro guardado. Por fim, 80% desses moradores afirmaram que não teriam condições de se alimentar e pagar contas básicas se não tivessem recebido doações.

Ademais, o próprio risco sanitário se tornou uma variável importante para essa população, uma vez que a maioria dessas pessoas continuou trabalhando presencialmente. Nesse sentido, 32% dos participantes relataram estar procurando seguir as medidas de prevenção contra a Covid-19, 33% procuravam seguir, mas nem sempre conseguiam e 30% não conseguiam seguir.

Dito isso, é possível perceber as singularidades que se apresentam de acordo com diferentes contextos culturais, temporais e geográficos. E tendo por base a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011), na qual o desenvolvimento humano é compreendido através de diferentes componentes (pessoa, processo, contexto e tempo) e a partir de diferentes sistemas (microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema), torna-se necessário considerar tais singularidades para uma melhor compreensão do processo de regulação emocional infantil. Dessa forma, espera-se que as especificidades de cada contexto tendam a gerar impactos significativos nas crenças parentais sobre as próprias emoções e sobre as emoções de seus filhos, assim como na regulação emocional infantil e na avaliação de satisfação e segurança do bairro aonde vivem.

7

Método

7.1.

Participantes

Participaram do estudo 40 mães de crianças residentes da cidade do Rio de Janeiro, com idade entre 8 e 11 anos. Dentre as mães participantes, 24 eram habitantes de territórios de favela e 16 eram habitantes de não-favela

O recorte da faixa etária infantil foi realizado a partir de evidências da literatura que apontam que estratégias de regulação emocional de cunho cognitivo começam a ser utilizadas entre seis e oito anos de idade (Holodynski & Friedelmeier, 2010). Para a definição do número de participantes, foram consideradas as análises estatísticas propostas para os procedimentos de análise.

Ademais, foram adotados os seguintes critérios de inclusão para a composição da amostra: a) cuidadores principais serem pai ou mãe de, ao menos, um filho (a) com idade entre 8 e 11 anos; b) residirem na cidade do Rio de Janeiro. Participantes que não atenderam a esses critérios, não foram incluídos na amostra.

7.2.

Instrumentos

- Formulário de dados sociodemográficos: tem por objetivo a coleta de dados pertinentes à pesquisa, tais como gênero e idade da criança e do cuidador, bairro de residência, etc;

- Escala de Crenças sobre as Emoções – ECE (desenvolvido por Rimes & Chalder, 2010; adaptado por Mograbi et al., 2018): instrumento composto por 12 itens que avaliam as crenças sobre as emoções através de escala Likert de sete pontos, que variam de concordo plenamente (1) a discordo plenamente (7). O instrumento inclui dois fatores, o primeiro com nove itens relacionados a visão das emoções como sinal de fraqueza ($\alpha=0,87$) e o segundo com três itens associados ao controle emocional ($\alpha=0,52$). O coeficiente alfa de Cronbach obtido na escala foi de 0,88, indicando excelente consistência interna.

- Escala de Crenças Parentais sobre Competência Emocional em Crianças – COMPE (desenvolvido por Mendes, Pires, & Fioravanti, 2018): instrumento composto por 30 itens que avaliam as crenças de pais e mães acerca de diferentes aspectos da competência emocional infantil. Inclui três dimensões teóricas: expressão emocional,

compreensão emocional e regulação emocional. No entanto, para fins de medida, a escala possui estrutura de fator único. Os itens são compostos por afirmativas que dizem respeito ao que os pais consideram importante para o desenvolvimento emocional infantil. As respostas são assinaladas em uma escala Likert de seis pontos que variam de nada importante (1) a extremamente importante (6). O coeficiente alfa de Cronbach obtido na escala foi de 0,93, indicando excelente consistência interna.

- Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança – EASS (desenvolvido por Victor, Ramos, Moura, & Fioravanti, 2017): instrumento composto por 14 itens que mensuram a avaliação subjetiva de satisfação e segurança no bairro. Os itens são compostos por afirmativas que correspondem às percepções de segurança e satisfação dos moradores no bairro em que residem. As respostas são assinaladas em uma escala Likert de cinco pontos que variam de discordo totalmente (1) para concordo totalmente (5). Os escores na escala podem variar entre 14 e 70. O coeficiente alfa de Cronbach obtido na escala foi de 0,83, indicando boa consistência. Em relação às subescalas, no fator 1 (Segurança), o alfa de Cronbach foi de 0,85 e no fator 2 (Satisfação) foi de 0,78.

- Emotional Regulation Checklist - ERC (desenvolvido por Shields & Cicchetti, 1995; adaptado por Reis et al., 2016): instrumento de heterorrelato composto por 24 itens que avaliam a regulação emocional infantil a partir das respostas dos cuidadores. Os itens são distribuídos em duas escalas: Regulação Emocional (RE) e Labilidade/Negatividade Emocional (L/N). As respostas são assinaladas em uma escala tipo Likert de quatro pontos, variando de nunca (1) à quase sempre (4), de acordo com a frequência do comportamento. O coeficiente alfa de Cronbach tanto da escala de Regulação Emocional quanto de Labilidade/Negatividade Emocional indicam boa consistência (RE $\alpha = 0,73$ e L/N $\alpha = 0,77$).

7.3.

Procedimentos de coleta

A coleta de dados ocorreu de forma online, através do *Google Forms*. O link para o preenchimento da pesquisa foi divulgado através das redes sociais. Os pais ou mães que se interessaram em participar clicaram no link do formulário de pesquisa, no qual constava na primeira página o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informações sobre os objetivos da pesquisa, método empregado, potenciais benefícios e riscos e direito a se recusar a participar a qualquer momento durante sua realização. Caso o interesse em participar se mantivesse, os pais clicavam na opção

referente a concordância com a participação para dar prosseguimento ao preenchimento da pesquisa. A partir disso, era solicitado o preenchimento do formulário de dados sociodemográficos e, em seguida, dos instrumentos anteriormente descritos. Na última página, os pais que apresentaram interesse em participar de uma palestra sobre parentalidade ministrada pela pesquisadora responsável, foram orientados a inserir seu e-mail para o recebimento do convite ao final da pesquisa.

7.4.

Procedimentos éticos

O presente projeto está de acordo com as orientações éticas das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido e obteve parecer favorável da Câmara de Ética da PUC-Rio (128/2020) e do Comitê de Ética e Pesquisa Unisum (4.457.929) através da Plataforma Brasil (Sistema CEP/CONEP).

Os pais ou mães que se interessaram em participar clicaram no link do formulário de pesquisa, no qual constava na primeira página TCLE com informações sobre os objetivos da pesquisa, método empregado, potenciais benefícios e riscos e direito a se recusar a participar a qualquer momento durante sua realização. Caso houvesse dúvidas, também na primeira página, foi informado o e-mail da pesquisadora responsável, que se colocou disponível para qualquer esclarecimento referente à pesquisa em qualquer etapa de sua realização. Se mantendo o interesse em participar, os pais clicavam na opção referente a concordância com a participação para dar prosseguimento ao preenchimento da pesquisa. Caso contrário, poderiam clicar na opção referente a não concordância com a participação e o formulário de pesquisa era encerrado. A duração aproximada da coleta foi de 10 minutos e a inclusão no grupo de participantes foi condicionada à concordância assinalada. Por fim, na mesma página, foi disponibilizado um link para download do TCLE, caso os participantes desejassem sua versão em PDF.

A princípio, os procedimentos utilizados ofereciam riscos mínimos. No entanto, ao investigar as crenças parentais sobre a emoção e a maneira como seus filhos lidam com determinadas emoções em seu contexto social, havia a possibilidade de que determinadas emoções e sentimentos associados às suas vivências fossem mobilizados. Desse modo, diante de desconfortos decorrentes da pesquisa, os participantes podiam entrar em contato por e-mail com a pesquisadora responsável, que é psicóloga, e se colocou disponível para oferecer escuta e suporte especializado ao participante.

As informações obtidas foram mantidas em pendrive, que permanecerá guardado no laboratório de Desenvolvimento, Biologia e Cultura (PUC-Rio) em lugar seguro e sigiloso durante cinco anos após o término da pesquisa, de maneira que apenas a pesquisadora responsável e sua equipe tenham acesso. A identificação dos participantes foi preservada. E caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou atividades didáticas, não serão utilizados nomes ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-los.

Para esta pesquisa, não foi cobrado nenhum custo do participante. Do mesmo modo, não houve compensação financeira ou qualquer tipo de pagamento relacionado à sua participação. Ao final da pesquisa, os participantes terão a possibilidade de participar de uma palestra sobre parentalidade ministrada pela pesquisadora responsável, na qual terão acesso aos resultados da pesquisa. O convite será realizado pelo e-mail fornecido pelos participantes que demonstraram interesse. Como benefício indireto, espera-se ampliar o conhecimento acerca das crenças parentais e sua relação com a regulação emocional infantil, levando em consideração a inserção em contextos sociais distintos, assim como a avaliação de satisfação e segurança nesses espaços. O que pode fornecer evidências importantes para a prática positiva da parentalidade e para a promoção da saúde emocional infantil.

7.5.

Procedimentos de análise

Inicialmente, foram realizadas análises com o objetivo de verificar a normalidade dos dados. Como a amostra apresenta menos de 50 participantes, foi realizado o teste de Shapiro-Wilk. Os resultados mostraram uma distribuição normal para as dimensões Satisfação (Shapiro-Wilk(40) = 0,95; $p > 0,05$) e Geral (Shapiro-Wilk(40) = 0,96; $p > 0,05$) da EASS, e para as dimensões Regulação (Shapiro-Wilk(40) = 0,97; $p > 0,05$) e Labilidade (Shapiro-Wilk(40) = 0,97; $p > 0,05$) da ERC. Já para as dimensões Fraqueza (Shapiro-Wilk(40) = 0,93; $p < 0,05$) e Controle (Shapiro-Wilk(40) = 0,90; $p < 0,05$) da ECE, para a dimensão única da COMPE (Shapiro-Wilk(40) = 0,89; $p < 0,01$) da COMPE, e Segurança (Shapiro-Wilk(40) = 0,93; $p < 0,05$) da EASS, a distribuição foi não normal.

Foi realizado o teste t para testar possíveis diferenças na regulação emocional de crianças residentes de favelas e de áreas não classificadas como favela, para aferir os índices de segurança e satisfação entre pais de acordo com a área de residência e para

comparar os resultados de regulação emocional entre meninos e meninas. Já para comparar as crenças parentais sobre a emoção de pais que moram e que não moram em favela, foi realizado um teste de *Mann-Whitney*. Por fim, foram feitas análises de correlação de *Pearson* para identificar relações entre os dados sociodemográficos coletadas, as variáveis de crenças parentais, regulação emocional infantil e avaliação de satisfação e segurança.

8

Resultados

8.1.

Caracterização da amostra geral

A amostra foi composta por 40 mães residentes na cidade do Rio de Janeiro, com idade de 27 a 46 anos ($M=37,48$; $DP=6,14$). Essas mães tinham de 1 a 4 filhos ($M=1,80$; $DP=0,85$) e viviam em residências com 2 a 5 pessoas ($M=3,30$; $DP=0,97$). Grande parte delas era casada ou estava em união estável (77,50%), 12,50% eram separadas ou divorciadas e 10% solteiras. A maioria era nascida no próprio estado do Rio de Janeiro (77,50%), enquanto as demais eram naturais do Ceará (7,50%), Maranhão (5%), Paraíba (5%), Minas Gerais (2,50%) e São Paulo (2,50%). Durante o período de coleta de dados, 72,5% possuíam trabalho formal.

Em relação às crianças, filhos(as) das mães avaliadas no presente estudo, tinham idade de 8 a 11 anos ($M=9,18$; $DP=1,15$). Entre elas, 52,50% eram meninos e 47,50% eram meninas. Todas estavam regularmente matriculadas na escola durante a coleta de dados da pesquisa.

8.2.

Caracterização dos grupos

Para fins de análise, as participantes foram divididas em dois grupos: residentes em favela e não residentes em favela. Entre elas, 60% residiam em territórios de favela e 40% residiam fora desses territórios. Na tabela a seguir (Tabela 2), segue a caracterização dos referidos grupos a partir das variáveis sociodemográficas coletadas. Para melhor visualização, a variável nível de escolaridade foi representada em um gráfico a parte (Figura 1).

Tabela 2: Dados sociodemográficos divididos entre participantes que moram e não moram em favela .

Variáveis	Residentes em favela	Não residentes em favela
Idade das mães	27 a 46 anos ($M=36,83$; $DP=6,29$)	28 a 46 anos ($M=38,44$; $DP=5,97$)
Número de filhos	1 a 4 ($M=1,88$; $DP=0,95$)	1 a 3 ($M=1,69$; $DP=0,70$)
Coabitantes	2 a 5 ($M=3,42$; $DP=0,93$)	2 a 5 ($M=3,12$; $DP=1,03$)
Naturalidade	70,80% Rio de Janeiro	87,50% Rio de Janeiro
Estado civil	79,20% Casadas	75% Casadas
Emprego	70,80% Empregadas	75% Empregadas
Renda	R\$1000 a R\$15000 ($M=3072,86$; $DP=3389,25$)	R\$2000 a R\$30000 ($M=8650,00$; $DP=7450,28$)
Idade da criança	8 a 11 anos ($M=9,54$; $DP=1,41$)	8 a 10 anos ($M=8,63$; $DP=0,96$)
Gênero da criança	50% meninos; 50% meninas	56,30% meninos; 43,80% meninas

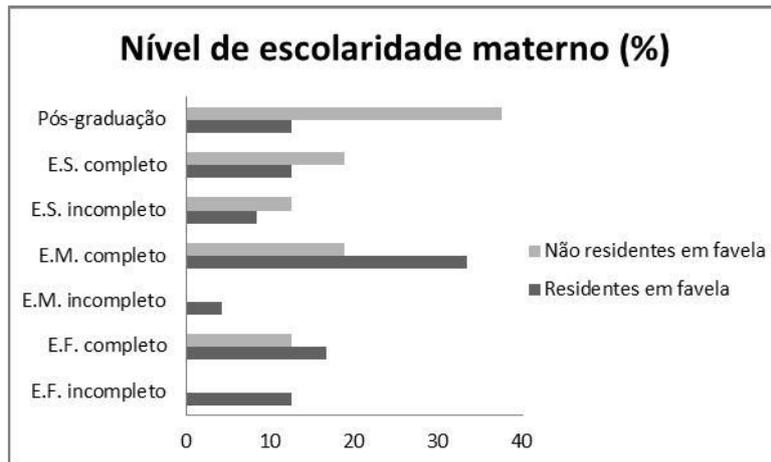


Figura 1: Nível de escolaridade materno dividido entre participantes que moram e não moram em favela ou área controlada por milícia.

A partir dos dados acima apresentados, é possível observar certa proximidade entre os resultados dos dois grupos em relação à maioria das variáveis sociodemográficas. No entanto, em relação à renda e ao nível de escolaridade, diferenças importantes puderam ser observadas. Enquanto a média de renda familiar de mães residentes de favela foi de R\$3072,86, a média de renda familiar de mães não residentes em favelas foi de R\$8650,00. Ademais, os dois grupos também demonstraram diferenças importantes em relação ao nível de escolaridade. Enquanto a maioria das mães que habitam em favela relatou possuir o ensino médio completo (33,33%), a maioria das mães que não habitam em território de favela relatou possuir pós-graduação (37,50%).

Além disso, considerando que o Rio de Janeiro se caracteriza como uma cidade diversa, cujas especificidades precisam ser ponderadas, buscou-se identificar o bairro de residência das mães respondentes de acordo com o grupo pertencente. Tais resultados podem ser observados nas Figuras 2 e 3.

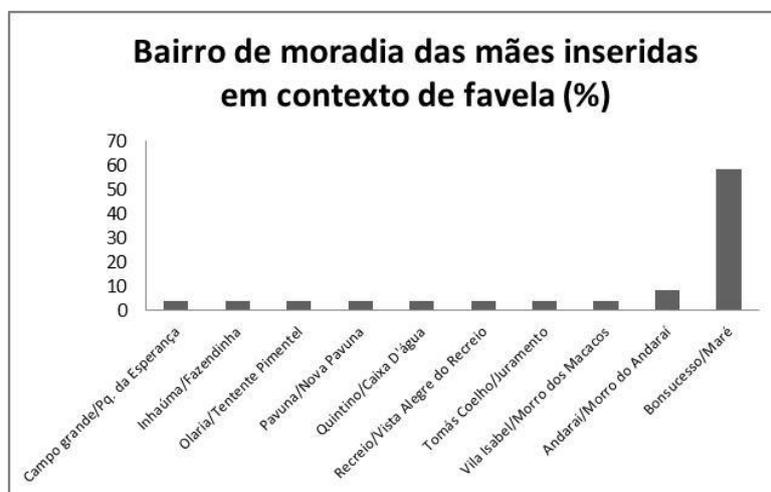


Figura 2: Bairro de moradia de mães inseridas em contexto de favela.



Figura 3: Bairro de moradia de mães inseridas em contexto de não-favela.

Visto isso, é possível observar que a amostra de mães não residentes em favelas foi composta por participantes residentes em bairros diversos da cidade. Além do mais, o número de participantes desse grupo teve maior distribuição entre os bairros em comparação ao grupo de mães residentes em favelas. Ainda que mães pertencentes a diferente território tenham participado, a grande maioria das participantes habitantes em favela residia em Bonsucesso/Maré (58,33%).

8.3.

Diferenças entre grupos

Foi realizado um teste *t* para verificar possíveis diferenças na regulação emocional de crianças residentes de favelas e de áreas não classificadas como favela. Os resultados não revelaram diferenças de Regulação Emocional entre crianças moradoras de favelas ($M = 3,25$; $DP = 0,35$) e de outras localidades ($M = 3,28$; $DP = 0,31$), $t(38) = -0,28$; $p > 0,05$. Também não foram encontradas diferenças quanto à Labilidade entre crianças moradoras de favela ($M = 2,41$; $DP = 0,42$) e de outras localidades ($M = 2,21$; $DP = 0,62$), $t(38) = 1,23$; $p > 0,05$.

Também foi realizado um teste de *Mann-Whitney* para comparar as crenças parentais sobre a emoção de mães que moram e que não moram em favela. Os resultados não revelaram diferenças significativas entre mães que moram ($M = 5,34$; $DP = 0,56$) e que não moram em favela ($M = 5,34$; $DP = 0,56$), $U = 186,0$; $p > 0,05$.

Em seguida, realizou-se um teste *t* para aferir os índices de segurança e satisfação entre mães de acordo com a área onde residiam. Mães que não residiam em áreas de favela ($M = 4,01$; $DP = 0,81$) relataram maior percepção de Segurança do que mães que residiam em área de favela ($M = 2,22$; $DP = 0,95$), $t(38) = -6,14$; $p < 0,001$ (ver Figura

3). Mães que não residiam em área de favela ($M = 3,57$; $DP = 0,63$) relataram maior Satisfação do que mães que residiam em área de favela ($M = 2,66$; $DP = 0,54$), $t(38) = -4,87$; $p < 0,001$. Também houve diferença significativa na pontuação geral da escala, em que mães que não moram em área de favela ($M = 3,76$; $DP = 0,51$) manifestaram maior Satisfação e Segurança Gerais do que mães que habitam em tais áreas ($M = 2,47$; $DP = 0,55$), $t(38) = -7,38$; $p < 0,001$ (ver Figura 4).

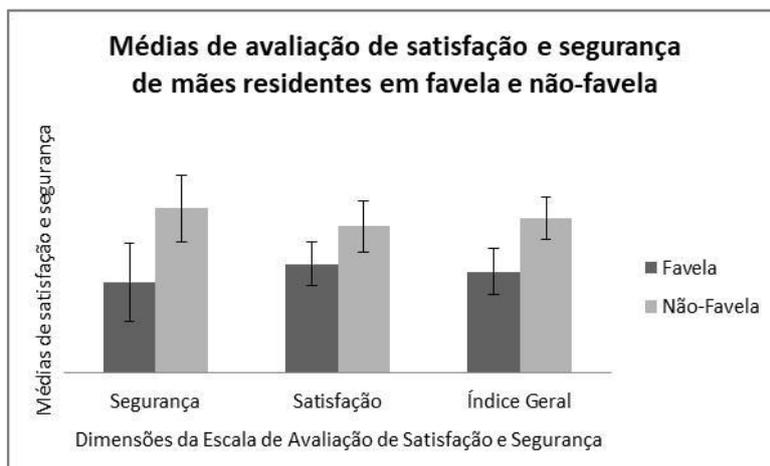


Figura 4: Médias de Avaliação de Satisfação e Segurança de mães residentes em favela e residentes em não-favela.

Também foi realizado um teste t para analisar a regulação emocional de meninos e meninas. Em relação à Regulação, não houve diferença entre meninos ($M = 3,34$; $DP = 0,34$) e meninas ($M = 3,16$; $DP = 0,30$), $t(38) = 1,73$; $p > 0,05$. Também não houve diferença significativa entre meninos ($M = 2,25$; $DP = 0,42$) e meninas ($M = 2,42$; $DP = 0,60$) quanto à Labilidade, $t(38) = -1,00$; $p > 0,05$.

8.4.

Correlações entre variáveis

Além disso, também buscou-se identificar correlações entre as variáveis sociodemográficas, as crenças maternas sobre as emoções, a avaliação de satisfação e segurança no bairro e a regulação emocional infantil. Para tanto, foi realizada uma análise de correlação, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3. Correlações entre variáveis sociodemográficas, Escala de Crenças Sobre as Emoções (ECE), Escala de Crenças Emocionais Sobre Competência Emocional de Crianças (COMPE), Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança (EASS), Escala de Regulação Emocional (ERC).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Idade materna	1	0,32* ⁺	0,14	0,12	0,25	0,34* ⁺	0,06	-0,06	0,27	0,11	0,23	0,02	-0,31
2. Número de filhos		1	0,70**	-0,24	-0,20	-0,10	0,05	-0,12	0,06	-0,06	0,01	-0,21	0,13
3. Número de coabitantes			1	-0,29	-0,17	-0,31* ⁺	0,04	-0,33* ⁺	0,04	0,02	0,04	-0,27	0,37* ⁺
4. Nível de escolaridade				1	0,59**	0,16	-0,35* ⁺	-0,04	0,36* ⁺	0,03	0,25	0,36* ⁺	-0,31
5. Renda familiar					1	0,38* ⁺	0,18	0,13	0,32* ⁺	0,15	0,28	0,15	-0,23
6. ECE fraqueza						1	0,38* ⁺	0,37* ⁺	0,23	0,05	0,17	0,13	-0,20
7. ECE controle							1	0,09	-0,04	0,05	-0,01	-0,05	-0,07
8. COMPE								1	-0,22	-0,12	-0,20	-0,03	0,04
9. EASS segurança									1	0,51**	0,90**	0,05	-0,33* ⁺
10. EASS satisfação										1	0,83**	-0,24	-0,27
11. EASS geral											1	-0,09	-0,35*
12. ERC regulação												1	-0,22
13. ERC labilidade													1

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ ⁺ $p > 0,05$ após correção através do método *Bonferroni*

Como pode ser observado na tabela acima, a idade materna se correlacionou positivamente com o número de filhos e também com a dimensão Fraqueza (ECE). O número de filhos apresentou correlação positiva com o número de coabitantes. O número de coabitantes se correlacionou negativamente com a dimensão Fraqueza (ECE) e com as crenças maternas positivas sobre as emoções infantis (COMPE). E se correlacionou positivamente com a dimensão Labilidade (ERC). O nível de escolaridade materno apresentou correlação positiva com a renda familiar, com a dimensão Segurança (EASS) e a dimensão Regulação (ERC). Contudo, o nível de escolaridade apresentou correlação negativa com a dimensão Controle (ECE). Por fim, a renda familiar se correlacionou positivamente com as dimensões Fraqueza (ECE) e Segurança (EASS).

De forma semelhante, também foram verificadas correlações entre crenças maternas sobre as próprias emoções e as crenças sobre as emoções dos seus filhos(as). A dimensão Fraqueza (ECE) apresentou correlação positiva com crenças maternas positivas sobre as emoções infantis (COMPE) - ver Tabela 3.

Também foram identificadas correlações entre regulação emocional infantil e avaliação de satisfação e segurança. A dimensão Labilidade (ERC) se correlacionou negativamente com as dimensões Segurança (EASS) e Geral (EASS). No entanto, não foram encontradas correlações significativas entre crenças parentais e regulação emocional infantil e entre crenças parentais e avaliação de satisfação e segurança (ver Tabela 3).

Contudo, na medida em que um número alto de comparações em série foi realizado, a possibilidade de uma inflação de erro tipo 1 foi considerada. Como método de correção, foi utilizado o *Bonferroni*. Depois de aplicado, foi verificada uma alta redução de correlações significativas, o que poderia resultar em uma inflação de erro tipo 2. Sendo assim, para fins de análise, decidiu-se considerar as correlações que se apresentaram como significativas anteriormente à utilização do método *Bonferroni* (ver Tabela 2). Concebendo, portanto, as análises de correlação como exploratórias, buscou-se enfatizar a força das correlações.

Posteriormente, também foi realizada uma análise para verificar as correlações com dados divididos entre os participantes que moram e não moram em favela (ver Tabela 4).

Tabela 4. Correlações entre variáveis sociodemográficas, Escala de Crenças Sobre as Emoções (ECE), Escala de Crenças Emocionais Sobre Competência Emocional de Crianças (COMPE), Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança (EASS), Escala de Regulação Emocional (ERC) com dados divididos entre participantes que moram e não moram em favela.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Idade materna	1	0,32	0,34	-0,17	0,04	-0,02	0,16	-0,20	0,19	0,07	0,17	-0,16	-0,35
2. Número de filhos	0,40	1	0,85**	-0,27	-0,25	-0,17	0,30	-0,01	0,08	0,06	0,09	-0,23	0,04
3. Número de coabitantes	-0,10	0,43	1	-0,23	-0,21	-0,13	0,25	-0,27	0,13	0,15	0,18	-0,13	0,07
4. Nível de escolaridade	0,51*	-0,12	-0,29	1	0,60**	-0,20	-0,60**	-0,17	0,15	-0,08	0,07	0,35	-0,04
5. Renda familiar	0,39	-0,15	-0,07	0,54*	1	0,15	-0,19	-0,17	-0,09	-0,14	-0,14	0,28	-0,02
6. ECE fraqueza	0,74**	0,05	-0,47	0,50*	0,45	1	0,40	0,19	0,44*	-0,02	0,32	-0,07	-0,12
7. ECE controle	-0,15	-0,49	-0,26	-0,04	0,47	0,36	1	-0,13	0,05	-0,15	-0,04	-0,10	-0,11
8. COMPE	0,15	-0,36	-0,42	0,19	0,40	0,60*	0,47	1	-0,13	-0,01	-0,10	-0,09	-0,06
9. EASS segurança	0,37	0,47	0,34	0,21	0,03	-0,20	-0,55*	-0,64**	1	0,18	0,84**	0,08	-0,37
10. EASS satisfação	0,01	-0,07	0,15	-0,52*	-0,24	-0,13	0,19	-0,33	0,05	1	0,69**	-0,46*	-0,41*
11. EASS geral	0,26	0,27	0,34	-0,23	-0,14	-0,23	-0,24	-0,67**	0,71**	0,74**	1	-0,20	-0,51*
12. ERC regulação	0,34	-0,18	-0,49	0,39	0,07	0,39	0,04	0,09	-0,10	-0,18	-0,20	1	-0,10
13. ERC labilidade	-0,25	0,23	0,63**	-0,52*	-0,24	-0,21	0,01	0,14	-0,17	0,01	-0,11	-0,36	1

Diagonal superior: participantes que moram em área de favela

Diagonal inferior: participantes que não moram em área de favela

* $p < 0,05$

** $p < 0,01$

Em relação às participantes residentes em favela, no que diz respeito às variáveis sociodemográficas, foi identificada uma correlação positiva entre número de filhos e de coabitantes. Além disso, o nível de escolaridade se correlacionou positivamente com a renda familiar e negativamente com a dimensão Controle (ECE). Também foram identificadas correlações entre regulação emocional infantil e avaliação de segurança e satisfação. A dimensão Satisfação (EASS) apresentou correlações negativas tanto com a dimensão Regulação (ERC) quanto com a dimensão Labilidade (ERC). Ademais, a dimensão Geral de Segurança e Satisfação se correlacionou negativamente com a dimensão Labilidade (ERC) – ver Tabela 4.

Mas, diferente da amostra geral, foi verificada uma correlação entre crenças parentais e avaliação de satisfação e segurança. A dimensão Fraqueza (ECE) se correlacionou positivamente com a dimensão Segurança (EASS). Contudo, não foram identificadas correlações significativas entre crenças maternas sobre as próprias emoções e as crenças sobre as emoções dos seus filhos(as). Assim como, também não foram encontradas correlações significativas entre crenças parentais e regulação emocional infantil (ver Tabela 4).

Em relação ao grupo de mães que não reside em favela, no que diz respeito às variáveis sociodemográficas, a idade materna se correlacionou positivamente com o nível de escolaridade e com a dimensão Fraqueza (ECE). Além disso, o número de coabitantes apresentou uma correlação positiva com a dimensão Labilidade (ERC). Já o nível de escolaridade se correlacionou positivamente com a renda familiar e a dimensão Fraqueza (ECE) e negativamente com as dimensões Satisfação (EASS) e Labilidade (ERC) – ver Tabela 4.

Nesse grupo, assim como na amostra geral, também foram verificadas correlações entre crenças maternas sobre as próprias emoções e as crenças sobre as emoções dos seus filhos(as). A dimensão Fraqueza (ECE) apresentou correlação positiva com crenças maternas positivas sobre as emoções infantis (COMPE) – ver Tabela 4.

Também foram identificadas correlações entre crenças parentais e avaliação de satisfação e segurança. Crenças maternas positivas sobre as emoções infantis (COMPE) se correlacionaram negativamente com as dimensões Segurança (EASS) e Geral (EASS). Além disso, a dimensão Segurança (EASS) apresentou correlação negativa com a dimensão Controle (ECE) – ver Tabela 4.

No entanto, diferente da amostra geral e das participantes residentes em favela, não foram encontradas correlações significativas entre avaliação de segurança e

satisfação e regulação emocional infantil. E de forma semelhante aos cenários anteriormente descritos, não foram identificadas correlações significativas entre crenças parentais sobre as emoções e regulação emocional infantil.

Discussão

9.1.

Diferenças entre grupos

Não foram encontradas diferenças significativas em relação às crenças sobre as emoções infantis entre mães residentes em favela e não-favela. Embora o contexto específico em que estão inseridas se diferencie em muitos aspectos, é possível que haja uma homogeneidade cultural sobre o que é considerado importante em termos de expressão, compreensão e regulação emocional infantil.

Nesse sentido, cabe lembrar, como apontam Harkness e Super (1993, 2006), que as etnoteorias parentais precisam ser compreendidas a partir do conceito de nicho de desenvolvimento, o que possibilita certa contingência e flexibilidade para a formulação das crenças. Sendo assim, embora as configurações físicas e sociais das mães do grupo de favela possam ser distintas das mães do grupo de não-favela, é possível que no contexto cultural maior, as crenças e costumes relacionados a parentalidade e aos cuidados emocionais com as crianças sejam compartilhados por cuidadores de diferentes contextos pertencentes a uma mesma cultura.

Além disso, não foram encontradas diferenças nos resultados de regulação e labilidade emocional entre crianças residentes em favela e não-favela. Quanto a isso, é possível que o momento histórico atual tenha influenciado os resultados de regulação emocional infantil (Roazzi et al., 2011). Como mencionado anteriormente, a realização desse estudo ocorreu no contexto de pandemia da COVID-19, no qual os recursos e limites das pessoas passaram a ser testados pela ameaça à sobrevivência e pelos desafios impostos pelo distanciamento social (Linhares & Enumo, 2020).

Pensando a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011), esse cenário pandêmico gerou efeitos nos quatro sistemas nos quais ocorre o desenvolvimento humano: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. Muitas famílias precisaram reorganizar suas rotinas diante das demandas de *home office* e *home school*, de forma que diferentes microssistemas (família, escola e trabalho) passaram a funcionar num mesmo espaço, a casa. Em outras famílias, crianças matriculadas na rede pública tiveram suas aulas suspensas e seus cuidadores continuaram a trabalhar presencialmente, levando pais e mães a buscarem

novas redes de apoio e cuidado para seus filhos e aumentando o nível de exposição e ameaça diante de um novo vírus que pouco se sabia a respeito.

Dessa forma, é possível que nesse cenário de pandemia, tanto famílias residentes em favelas quanto famílias não residentes em favelas estejam expostas a diversos estímulos estressores. Questões como falta de estrutura e ambiente barulhento passam a ser consideradas como fatores de risco ao desenvolvimento, criando um microcontexto caótico (Evans & Wachs, 2010). Tal ambiente pode gerar um aumento nos níveis de cortisol, hormônio regulador do estresse (Slopen et al., 2014), o que, por conseguinte, pode afetar o sistema nervoso infantil, inclusive áreas relacionadas a memória, aprendizagem e emoção (Shonkoff et al., 2012). Sendo assim, é provável que o estresse crônico, vivenciado por crianças de ambos os contextos, esteja relacionado às semelhanças dos resultados de regulação e labilidade emocional entre os dois grupos.

Outro fator a ser considerado nesse sentido, envolve uma possível discrepância entre o relato dos pais sobre a regulação emocional da criança em relação ao autorrelato infantil (Houriga et al., 2011). Pelo fato do ERC ser um instrumento de heterorrelato, ou seja, um instrumento no qual são as mães avaliam a regulação emocional dos filhos, há a possibilidade dos resultados de regulação e labilidade emocional das crianças terem sido enviesados pelo o que as mães respondentes consideram como características desejáveis em termos de regulação emocional.

De acordo com estudos anteriores (Melim et al., 2019; Silva et al. 2018), os cuidadores primários de uma criança, tendem a influenciar no processo de regulação emocional infantil através da utilização de estratégias que assegurem o bem-estar da criança, mas, ao mesmo tempo, que promovam a socialização do comportamento emocional de acordo com as expectativas culturais. Sendo assim, deve-se considerar que a busca de adequação a essas expectativas tenha influenciado as respostas maternas, de modo que as médias do ERC não, necessariamente, tenham correspondido aos níveis de regulação e labilidade emocional da criança, mas tenham sido impactadas pelo viés do que essas mães desejam para seus filhos nesse sentido.

Em relação ao gênero da criança, também não foram encontradas diferenças em relação à regulação e a labilidade emocional. Embora no nosso contexto cultural haja expectativas distintas sobre como meninos e meninas devem lidar com diferentes emoções (Dantas & Boruchvitch, 2019; Roazzi et al., 2011), é possível que o instrumento utilizado não tenha sido sensível a essas diferenças. Isso porque, o instrumento avalia os processos de regulação e labilidade emocional como um todo,

sem categorizar diferentes emoções. Portanto, tendo em vista que emoções distintas tendem a solicitar o uso de estratégias de regulação emocional diversas (Arándiga & Tortosa, 2004; Quiñones-Camacho & Davis, 2019), a não categorização das emoções em diferentes fatores pode explicar, em parte, a ausência de diferença significativa entre as médias de regulação e labilidade emocional de meninas e meninos participantes.

Sobre a avaliação de satisfação e segurança no bairro, em ambas as dimensões, foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos, assim como no índice geral das duas dimensões. O grupo de mães que residem em favelas apresentou menores médias de satisfação e de segurança no bairro em que residem em relação às mães que não moram em favelas. Tal resultado corrobora com a hipótese inicial de que a violência existente nos territórios de favela (ISP, 2019) e a precariedade, em termos de saúde e educação, nesses espaços (IBGE, 2019) podem contribuir para a percepção de satisfação e segurança de seus moradores.

Sendo assim, embora bairros cariocas não caracterizados como territórios de favela também possam estar expostos à violência e a recursos precários, é possível que o risco ambiental e a escassez de recursos específicos do contexto de favela, gerem uma maior ameaça a vida em termos de segurança e satisfação. Nesse sentido, tal avaliação pode funcionar como uma forma de proteção em relação a esse risco. Além do mais, esse achado consiste numa evidência importante no sentido de fundamentar políticas públicas que visem o aumento de satisfação e segurança para a população de favela. Tais políticas podem ser pensadas através da criação de dispositivos de saúde, educação e lazer nesses espaços e da elaboração de estratégias de intervenção que reduzam as situações de conflitos armados.

9.2.

Correlações na amostra geral

Em relação às variáveis sociodemográficas analisadas, notou-se que a idade materna se correlacionou positivamente com o número de filhos e também com a dimensão Fraqueza (ECE). Dessa forma, quanto mais velhas eram as mães, maior era o número de filhos. O que faz sentido, na medida em que, mães mais velhas podem ter mais filhos em função do maior tempo de vida. Além disso, sobre a correlação com a dimensão Fraqueza (ECE), uma vez que o instrumento (ECE) avalia suas dimensões numa escala Likert de 7 pontos, no qual 1 representa concordo totalmente e 7 representa discordo totalmente, quanto maior a média, maior é a discordância em relação à

dimensão. Portanto, quanto maior a idade materna, maior era a discordância de que suas emoções seriam um sinal de fraqueza. Sendo assim, é possível que quanto mais velhas sejam essas mães, mais maduras elas sejam, no sentido de possuírem um número maior de experiências emocionais que lhes possibilitariam uma melhor compreensão sobre a importância das emoções. Assim, para mães mais velhas e experientes, haveria uma maior tendência em valorizar suas emoções e não entendê-las como indício de fraqueza.

Sobre o número de coabitantes, foram identificadas correlações positivas com o número de filhos e com a dimensão Labilidade (ERC). A relação com o número de filhos pode ter ocorrido em função de parte dos coabitantes corresponderem aos filhos(as) dessas mães. Isso porque, as mães da amostra indicaram morar numa casa com outras 2 a 5 pessoas, das quais 1 a 4 eram seus filhos. Já sobre a relação com Labilidade (ECR), quanto mais pessoas residiam numa mesma casa, maiores foram os níveis de labilidade infantil. Como visto anteriormente, características físicas e sociais do ambiente são entendidas como fundamentais para o desenvolvimento socioemocional (Eisenberg et al., 1998; Mendes et al., 2016). Dessa maneira, o alto número de moradores numa mesma casa, pode ser considerado um fator estressor importante. Inclusive, podendo contribuir para que o ambiente familiar se caracterize como um microcontexto caótico (Evans & Wachs, 2010). Nesse sentido, as crianças poderiam ter sua capacidade de regulação emocional prejudicadas, na medida em que tal contexto poderia se tornar um fator de risco para o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Além disso, o número de coabitantes se correlacionou negativamente com a dimensão Fraqueza (ECE) e com as crenças maternas sobre as emoções infantis (COMPE). Desse modo, quanto mais pessoas residiam com essas mães, menos elas discordavam que as emoções seriam sinais de fraqueza e menos valorizavam as competências emocionais da criança. É possível que em casas em que o número de habitantes seja alto, haja uma tendência em se estabelecer um microcontexto caótico, no qual a falta de estrutura, o ambiente barulhento e o elevado número de pessoas numa mesma moradia podem ser considerados com fatores de risco ao desenvolvimento (Evans & Wachs, 2010). Em contextos assim, a valorização das próprias emoções e das competências emocionais infantis podem ficar em segundo plano em prol da busca por uma boa convivência e de um ambiente mais tranquilo. Nesse sentido, conceber as próprias emoções como fraqueza e atribuir pouca importância às competências emocionais da criança poderiam ser reflexos da tentativa em minimizar os estressores

ambientais, no qual o aspecto relacional se sobreporia ao aspecto autônomo. Dito de outra forma, suprimir ou minimizar as emoções seria entendido como um caminho para propiciar uma convivência mais tranquila e menos conflituosa com as demais pessoas da casa.

Em relação ao nível de escolaridade materno foram identificadas correlações positivas com a renda familiar, com a dimensão Segurança (EASS) e a dimensão Regulação (ERC). Assim, quanto maior o nível de escolaridade das mães, maior a renda familiar, maior a média de Segurança (EASS) e maior a regulação emocional da criança. Desse modo, é possível que maiores níveis de escolaridade proporcionem às mães oportunidades de emprego melhores remunerados em relação às mães com baixo nível de escolaridade.

Além disso, como a dimensão Segurança (EASS) possui itens invertidos, quanto maior a média dessa dimensão, menor é a avaliação de segurança. Nesse sentido, mães que possuem níveis de escolaridade mais altos tendem a avaliar o bairro onde moram como mais inseguro. Tal resultado pode ser entendido a partir de uma possível percepção mais crítica de mães com níveis de escolaridade mais elevados sobre os critérios de avaliação de segurança. Ademais, acredita-se que mães com maior nível de escolaridade tendem a possuir um maior repertório de práticas educativas (Carmo & Alvarenga, 2012), o que poderia favorecer o desenvolvimento da regulação emocional infantil. Isso porque, os cuidadores primários possuem um papel crucial nesse processo (Melim et al., 2019; Silva et al., 2018).

Também foi identificada uma correlação negativa entre o nível de escolaridade e a dimensão Controle (ECE). Desse modo, quanto maior o nível de escolaridade menos as mães discordaram sobre a necessidade de controlar as próprias emoções. Aqui, é levantada a hipótese de que controlar as emoções seja algo valorizado e entendido como uma qualidade. Sendo assim, controlar as próprias emoções seria concebido como algo positivo, no sentido de ser uma pessoa racional e equilibrada.

Por fim, a renda familiar se correlacionou positivamente com as dimensões Fraqueza (ECE) e Segurança (EASS), indicando que quanto maior a renda familiar, maior a discordância sobre as emoções como final de fraqueza e maior a avaliação de insegurança. Visto isso, de modo inverso ao modelo do estresse familiar (Conger, Conger, & Martin, 2010; Masarik & Conger, 2017), maiores rendas podem favorecer acesso a recursos básicos para a sobrevivência, o que pode gerar uma maior avaliação de satisfação e, conseqüentemente, propiciarem concepções mais positivas sobre as

próprias emoções. Além disso, é possível que possuir rendas maiores aumente a percepção de quão expostas as mães se sentem em relação à possibilidade de se tornarem vítimas de crimes contra o patrimônio, aumentando a avaliação de insegurança.

Sobre possíveis relações entre crenças sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções infantis, foi identificada uma correlação positiva entre crença das emoções como fraqueza e crenças positivas sobre as competências emocionais infantis. Sendo assim, quanto maior é a discordância sobre as próprias emoções como sinal de fraqueza, maior é a valorização das competências emocionais da criança. Esse dado aponta para uma possível consonância entre as crenças que mães possuem sobre as próprias emoções e as crenças que possuem sobre as emoções de seus filhos(as). Na medida em que, ao não conceberem as próprias emoções como sinal fraqueza, são capazes de valorizar as competências emocionais de suas crianças.

Tal achado corrobora com estudos anteriores que apontam para a importância das crenças parentais sobre as emoções nos processos de compreensão, experiência e expressão emocional infantil (Eisenberg et al., 1998). Nesse sentido, as mães desse estudo que demonstraram concepções positivas sobre as próprias emoções, apresentaram uma tendência a manifestar atitudes positivas em relação às competências emocionais de seus filhos(as). A relevância desse achado é apoiada pela literatura através da relação entre a aceitação da expressão emocional infantil, a utilização de estratégias de socialização positivas e a autorregulação criança (Meyer et al., 2014). Dito de outra forma, mães que valorizam as próprias emoções e a expressão emocional das crianças tendem a utilizar mais práticas de socialização positivas, o que, por conseguinte, gera uma propensão a maiores níveis de autorregulação infantil.

Além disso, sobre as relações entre regulação emocional infantil e avaliação de satisfação e segurança no bairro, foi observada uma correlação negativa de labilidade emocional infantil com a dimensão de segurança, mas também com o índice geral de satisfação e segurança. O que indica que quanto menos satisfeitas e seguras as mães se sentem no bairro em que moram, maiores são os níveis de labilidade emocional da criança. Esse resultado pode ser entendido a partir do modelo do estresse familiar, no qual a baixa satisfação de necessidades básicas pode gerar sintomas físicos e emocionais nos cuidadores, o que pode favorecer o uso de práticas educativas negativas e, conseqüentemente, uma baixa competência socioemocional da criança (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017).

Do ponto de vista social, tal resultado mostra-se como evidência fundamental para se pensar políticas públicas que atuem no sentido de favorecer a regulação emocional de crianças cariocas. Isso porque, de acordo com esse resultado, viabilizar condições em que as famílias se sintam minimamente seguras e tenham suas necessidades básicas satisfeitas, pode ser um importante fator protetivo em relação a dificuldades emocionais da criança, como no caso da labilidade emocional.

Por fim, diferente do esperado, não foram encontradas correlações entre crenças parentais sobre as emoções e regulação emocional infantil, nem entre crenças parentais sobre emoções e avaliação de satisfação e segurança no bairro. Desse modo, buscou-se verificar se essas ou outras relações surgiriam de forma significativa ao analisar as correlações dos grupos de favela e não-favela separadamente.

9.3.

Correlações na amostra de moradores de favela

No grupo de mães residentes em favela, foi identificada uma correlação positiva entre número de filhos e de coabitantes. Da mesma maneira que ocorreu na amostra geral, é possível que a correlação positiva entre as duas variáveis se dê em função de parte dos coabitantes corresponderem aos filhos(as) dessas mães.

Também como ocorreu na amostra geral, o nível de escolaridade se correlacionou positivamente com a renda familiar e negativamente com a dimensão Controle (ECE). De forma similar, para esse grupo de mães, pode ser que maiores níveis de escolaridade proporcionem oportunidades de emprego melhores remunerados em relação às mães com baixo nível de escolaridade. Além disso, mães com níveis de escolaridade mais altos, também apresentaram menor discordância sobre controlar as próprias emoções. Nesse sentido, para as mães residentes em favela e com maiores níveis de escolaridade, controlar as próprias emoções pode ser entendido como algo positivo, de forma semelhante ao que ocorreu na amostra geral.

Já no que diz respeito às relações entre crenças parentais sobre as emoções e a avaliação de satisfação e segurança no bairro, diferentemente do que ocorreu na amostra geral, foi identificada uma correlação positiva entre crença das emoções como fraqueza e avaliação de segurança. Portanto, quanto mais insegurança as mães sentem no lugar em que moram, maior é a discordância sobre as emoções como sinal de fraqueza.

Dessa forma, é possível que as mães moradoras da favela, tenham uma tendência a validar as próprias emoções e a compreender sua relevância, discordando que sejam

sinais de fraqueza e entendendo que podem ser importantes, principalmente, por habitarem em regiões aonde se sentem pouco seguras. Sendo assim, as emoções podem ser importantes norteadoras em situações em que essas mães avaliam como arriscadas. O medo, por exemplo, pode possuir a função de nos sinalizar sobre uma potencial situação de perigo. E na medida em que a situação é avaliada como perigosa, estratégias de proteção podem ser adotadas (Arándiga & Tortosa, 2004).

Sobre relações entre regulação emocional infantil e avaliação de satisfação e segurança no bairro, foi encontrada uma correlação negativa entre avaliação de satisfação e regulação e labilidade emocional infantil. O que indica que quanto menos satisfeitas se sentem as mães no bairro em que moram, maior é a regulação emocional e a labilidade emocional das crianças. Dessa maneira, é possível que o fato das mães se perceberem insatisfeitas no bairro de moradia, por um lado, dificulte a tarefa de ajudar seus filhos(as) a regularem suas emoções. Isso porque, mães com necessidades básicas não atendidas possuem tendência a utilizar práticas de socialização severas (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017). Mas, por outro lado, a insatisfação dessas mães pode atuar como uma espécie de motivador para que incentivem e ajudem as crianças a se regularem emocionalmente.

Além disso, também foi observada uma correlação negativa entre o índice geral de satisfação e segurança e a labilidade emocional infantil. Sendo assim, quanto menos satisfeitas e seguras as mães se sentem no bairro em que moram, maior é a labilidade emocional da criança. Nesse caso, o resultado é semelhante a um dos resultados encontrados na amostra geral. De forma análoga, também pode ser entendido a partir do modelo do estresse familiar, no qual a baixa satisfação das necessidades que assegurem a sobrevivência possam gerar sintomas nos cuidadores, de forma a favorecer o uso de práticas coercitivas, o que tende a gerar prejuízos no desenvolvimento socioemocional infantil (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017).

De forma semelhante ao que ocorreu na amostra geral, não foram encontradas correlações significativas entre crenças parentais sobre as emoções e a regulação emocional infantil no grupo de mães moradoras de favela. Nesse sentido, diferente do esperado, as crenças das mães sobre as emoções parecem não se relacionar com a regulação emocional infantil. Uma forma de entender esse resultado envolve o fato das crenças parentais serem importantes organizadores e norteadores das práticas educativas utilizadas pelos cuidadores, mas não corresponderem, necessariamente, a tais práticas (Lighthfoot & Valsiner, 1992; Santana, 2006). Sendo assim, é possível que relações entre

crenças parentais e regulação emocional infantil não tenham sido identificadas, em parte, por uma possível discrepância entre as crenças dessas mães sobre as emoções e as práticas de socialização emocional adotadas por elas, de fato.

Por outro lado, deve-se novamente considerar, que a avaliação da regulação emocional infantil foi realizada através de um instrumento de heterorrelato. E como visto anteriormente, é possível que haja uma discrepância entre o relato dos pais sobre a regulação emocional da criança em relação ao autorrelato infantil (Houriga et al., 2011). Dessa forma, existe a possibilidade de não terem sido identificadas correlações entre crenças parentais e regulação emocional infantil em função dessa provável discrepância.

Ademais, embora na amostra geral tenham sido encontradas correlações entre crenças parentais sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções infantis, no grupo de mães moradoras de favela, não foram encontradas correlações significativas entre essas variáveis. Portanto, para esse grupo, as crenças das mães sobre as próprias emoções não correspondem, necessariamente, as crenças que elas possuem sobre as emoções da criança. Uma maneira de interpretar esse resultado é que talvez para essas mães, a forma como adultos lidam com as emoções deve se diferir da forma como as crianças devem lidar com as emoções delas. O que, de acordo com a literatura, poderia ser uma crença pertinente, uma vez que os processos emocionais tendem a amadurecer ao longo do desenvolvimento humano (Rocha et al., 2018).

9.4.

Correlações na amostra de moradores de não-favela

Já no grupo de mães que não moram em favelas, quanto mais velhas elas eram, maior era o nível de escolaridade e maior a discordância de que suas emoções seriam sinais de fraqueza. Dessa maneira, o maior tempo de vida pode ter possibilitado que essas mães tivessem níveis de escolaridade mais avançados. Além do mais, assim como na amostra geral, é possível que quanto mais velhas sejam essas mães, mais maduras elas sejam, no sentido de possuírem um número maior de experiências emocionais que lhes possibilitariam uma melhor compreensão sobre a importância das emoções. O que, conseqüentemente, faria com que discordassem sobre as emoções serem sinal de fraqueza.

Também de forma semelhante à amostra geral, quanto mais pessoas residiam com as mães, maiores eram os níveis de labilidade emocional da criança. E, como visto anteriormente, o alto número de moradores numa mesma casa, pode ser considerado um

fator estressor importante para a criança e seus familiares (Evans & Wachs, 2010). O que poderia prejudicar o desenvolvimento de competências emocionais infantis.

Além disso, o nível de escolaridade se correlacionou positivamente com a renda familiar e a dimensão Fraqueza (ECE) e negativamente com as dimensões Satisfação (EASS) e Labilidade (ERC). Nesse sentido, quanto maior o nível de escolaridade das mães maior foi a renda familiar, o que parece, novamente, indicar que maiores níveis de escolaridade podem gerar oportunidades de empregos melhores remunerados. E quanto maior o nível de escolaridade materno mais elas discordavam que suas emoções consistiam em sinal de fraqueza. O que pode indicar que possuir maiores níveis de instrução formal poderia possibilitar maior acesso às informações sobre competências emocionais, o que, conseqüentemente, poderia gerar concepções mais positivas sobre as emoções.

Por outro lado, quanto maior o nível de escolaridade materno, menor a avaliação de satisfação e menor a labilidade emocional da criança. Desse modo, níveis mais avançados de formação podem favorecer o desenvolvimento crítico dessas mães, o que pode levá-las a questionar o quão satisfeitas se sentem com seu bairro de residência. Por fim, maiores níveis de escolaridade materna também podem favorecer um aumento do repertório de práticas educativas (Alvarenga et al., 2018) o que tende a aumentar o uso de práticas positivas que facilitariam o desenvolvimento de competências emocionais da criança.

Contudo, diferentemente do outro grupo de mães residentes em favelas, foi observada uma relação entre crenças sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções infantis. Identificou-se uma correlação positiva entre crença das emoções como fraqueza e crenças sobre as competências emocionais infantis. O que, assim como na amostra geral, indica que quanto maior a discordância sobre as próprias emoções como sinal de fraqueza, mais são valorizadas as competências emocionais da criança.

De forma similar ao que foi apontado anteriormente, para essas mães, ter concepções positivas sobre as próprias emoções, tende a favorecer a valorização das competências emocionais de seus filhos(as). Esse resultado é apoiado pela literatura que sugere que as crenças parentais sobre as emoções possuem um importante papel nos processos de compreensão, experiência e expressão emocional infantil (Eisenberg et al., 1998).

Sobre as relações entre crenças parentais sobre as emoções e avaliação de satisfação e segurança no bairro, diferentemente do que ocorreu na amostra geral, foi

observada uma correlação negativa entre avaliação de segurança e crenças sobre o próprio controle emocional. Nesse sentido, quanto mais inseguras essas mães se sentem no local em que moram, menos elas discordam sobre a necessidade de controlar sobre as próprias emoções. Dito de outra forma, quanto mais inseguras elas se sentem em seus bairros, maior a crença de que precisam controlar suas emoções.

Tal resultado pode ser entendido a partir dos diferentes tipos de violências sofridas em bairros caracterizados como território de favela ou não. É comum que na favela a principal forma de violência se dê através de confrontos armados. Por outro lado, em bairros de não-favela, a forma de violência mais corriqueira são os crimes contra o patrimônio (ISP, 2019). Dessa forma, é possível que diante dessa forma específica de violência, o controle emocional possa ser entendido por essas mães como a resposta emocional mais adequada. Visto que em situações de assalto, é recomendado que a vítima não reaja a abordagem do assaltante.

Além disso, também foi encontrada uma correlação negativa entre avaliação de segurança e crenças sobre competências emocionais infantis. Isso significa que quanto menos inseguras se sentem as mães no bairro onde moram mais elas valorizam as competências emocionais de seus filhos(as). Nesse sentido, é possível que para essas mães, o fato de avaliarem o bairro de moradia como relativamente seguro, as encoraje a valorizar a compreensão, a expressão e a regulação emocional de seus filhos(as).

Esse achado complementa o resultado anterior, na medida em que, para as mães desse grupo, avaliar o bairro de residência como seguro mostra-se fundamental para que apresentem crenças positivas tanto sobre as próprias emoções quanto sobre as emoções de suas crianças. Morar em um bairro no qual sintam segurança tende a minimizar a crença de que suas próprias emoções precisam ser controladas e aumentar a valorização das competências emocionais de seus filhos(as). O que está de acordo com estudos anteriores, que indicam o quanto contextos vulneráveis podem gerar dificuldades no exercício da parentalidade (Jocson & McLoyd, 2015; Maguire-Jack & Klein, 2015; Masarik & Conger, 2017).

A partir disso, novamente, pode-se pensar em importantes implicações do ponto de vista social. Uma vez que, propiciar condições de relativa segurança para essas famílias pode ser um fator de proteção em relação a possíveis concepções negativas acerca das emoções. Viabilizar intervenções nos bairros de forma que seus moradores se sintam mais seguros, mostra-se como um caminho possível no sentido de ajudar as

mães a lidarem de forma mais positiva com as suas próprias emoções e com as emoções da criança.

Por fim, foi identificada uma correlação negativa entre índice geral de satisfação e segurança e crenças sobre competências emocionais infantis. O que indica que quanto menos seguras e satisfeitas com o bairro onde moram, maior é a valorização das competências emocionais da criança. Nesse sentido, pode ser que, novamente, a forma específica de violência vivenciada pelas mães não moradoras de favela (ISP, 2019), as leve a valorizar mais as competências emocionais de seus filhos. Isso porque, compreender e expressar determinadas emoções diante de situações de risco pode ser um importante recurso de proteção.

Diferente da amostra de mães que residem em território de favela, não foram encontradas correlações significativas entre regulação emocional infantil e avaliação de satisfação e segurança no bairro. Nesse sentido, embora as crenças sobre as próprias emoções e sobre as emoções da criança tenham se relacionado com o quanto essas mães se consideram satisfeitas e seguras no bairro em que residem, o mesmo não foi observado em relação a regulação emocional infantil.

Uma forma de entender esse resultado pode ser através da maneira como as crianças se relacionam com o bairro onde moram. Crianças que moram em favelas, por exemplo, tendem a brincar pelas ruas da comunidade, uma vez que são raros os espaços destinados ao lazer. O que pode deixar a criança mais exposta aos perigos, justamente pela precariedade de recursos na região. Por outro lado, crianças que residem em bairros não caracterizados como favela, tendem a ter uma maior oferta de espaços de lazer, nos quais é possível que haja uma maior sensação de segurança. Em função disso, é possível que nesses bairros, a forma como as mães avaliam a satisfação e segurança tenda a gerar uma menor interferência na regulação emocional das crianças.

Finalmente, assim como na amostra geral e na amostra de mães moradoras de favela, também não foram encontradas correlações entre crenças parentais sobre as emoções e regulação emocional infantil. Aqui, novamente, pode-se atribuir esse resultado a dois fatores. Primeiramente, a uma possível dissonância entre crenças e práticas parentais (Lighthfoot & Valsiner, 1992; Santana, 2006), o que pode gerar diferentes desfechos na regulação emocional da criança. Além de uma provável discrepância entre o relato dos pais sobre a regulação emocional da criança em relação ao autorrelato infantil (Houriga et al., 2011).

Considerações finais

Estudos sobre parentalidade e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil têm demonstrado a relevância da compreensão das crenças e práticas dos cuidadores como possíveis caminhos de prevenção e intervenção em diferentes aspectos desenvolvimentais da criança (Benga et al., 2019; Geary & Flinn, 2001; Rogers et al., 2016). Além disso, a ampliação de pesquisas sobre desenvolvimento socioemocional tem apontado o quanto que um ambiente físico e social favorável possui papel essencial no processo de aquisição de habilidades socioemocionais (Eisenberg et al., 1998; Mendes et al., 2016).

Os resultados encontrados no presente estudo, por um lado, reforçam os achados da literatura sobre parentalidade e desenvolvimento socioemocional e, por outro, agregam novas reflexões em relação a contextos de vida específicos: residência em bairros cariocas caracterizados como território de favela ou não-favela. Nesse sentido, um importante achado envolve a diferença significativa encontrada na avaliação de satisfação e segurança no bairro nos grupos pertencentes aos dois contextos descritos. As mães residentes em favelas demonstraram menores médias de satisfação e segurança quando comparadas às mães residentes em bairros não caracterizados como território de favela.

Isso é importante porque, a nível social, indica o quanto que a população residente em favela sofre os impactos do baixo investimento em saúde, educação, mobilidade e lazer em seus territórios. Além disso, aponta para os efeitos em termos de alto risco ambiental provocado pelos recorrentes conflitos armados nesses espaços. Sendo assim, pensar em políticas públicas que favoreçam a ampliação de recursos básicos para o desenvolvimento saudável desses moradores e a reformulação de estratégias de segurança pública revela-se fundamental para o aumento da satisfação e segurança em seus bairros.

Como visto anteriormente, além da instalação de unidades de saúde, educação e cultura nos territórios de favela, é necessário garantir o bom funcionamento desses serviços. Os profissionais envolvidos precisam ter uma remuneração digna e os espaços precisam contar com equipamentos adequados e manutenção periódica. Além disso, formas de garantir maior segurança nos entornos desses espaços mostram-se essenciais.

Outro achado importante diz respeito às relações que foram identificadas na amostra geral. Embora não tenham sido encontradas relações entre crenças parentais e regulação emocional infantil e nem entre crenças parentais e avaliação de satisfação e segurança no bairro, constataram-se relações entre as crenças maternas sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções da criança e entre a avaliação de satisfação e segurança no bairro e a regulação emocional infantil, além de relações com variáveis sociodemográficas.

A primeira relação apontou que quanto menos as mães compreendiam as próprias emoções como sinal de fraqueza, mais elas tendiam a valorizar as competências emocionais de seus filhos(as). Tal resultado se mostrou apoiado na literatura sobre socialização das emoções, que indica que as crenças parentais tendem a impactar os processos de compreensão, experiência e expressão emocional infantil (Eisenberg et al., 1998). Nesse sentido, a criação de estratégias de intervenção com grupos de mães nas escolas que visem facilitar a reformulação de crenças sobre as próprias emoções, pode contribuir para que tenham uma atitude de acolhimento e valorização das emoções dos seus filhos(as), o que pode ajudá-los(as) a se desenvolverem emocionalmente de maneira mais saudável.

Por outro lado, a segunda relação indicou que quanto menos satisfeitas e seguras as mães se sentiam no bairro de residência, maior era a tendência de labilidade emocional de suas crianças. Esse dado foi compreendido através da ótica do modelo de estresse familiar, no qual a baixa satisfação de necessidades básicas tende a gerar sintomas físicos e emocionais nos cuidadores, o que pode fomentar o uso de práticas educativas negativas e, conseqüentemente, uma baixa competência socioemocional da criança (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017). Dessa forma, reafirma-se a relevância de investimento em recursos básicos para o desenvolvimento saudável (saúde, educação, lazer etc) e em políticas de segurança pública mais eficazes. Na medida em que, o investimento nessas áreas, além de viabilizar o aumento de satisfação e segurança dos moradores, pode atuar como um fator protetivo em relação a possíveis dificuldades da regulação emocional infantil.

No que diz respeito à análise de variáveis sociodemográficas, foi observado que a idade materna, o número de coabitantes, o nível de escolaridade da mãe e a renda familiar indicaram correlações significativas com as demais variáveis investigadas. Mães mais velhas apresentaram uma maior discordância sobre emoções com sinal de fraqueza. Contextos de residência com elevados números de coabitantes se associaram

com maiores níveis de labilidade emocional infantil, com concepções maternas das próprias emoções como fraqueza e com a desvalorização das competências emocionais infantis. Níveis altos de escolaridade materna se relacionaram com maiores rendas familiares, com alta avaliação de insegurança, com maiores médias de regulação emocional infantil e com crenças maternas sobre a necessidade de controlar as emoções. E, por fim, maiores rendas familiares se associariam com uma maior discordância das mães sobre emoções como sinal de fraqueza e com uma maior avaliação de insegurança.

Visto isso, investir em melhores condições de vida para essas mães mostra-se um importante caminho em direção à facilitação do desenvolvimento de crianças emocionalmente saudáveis. Nesse sentido, a criação e disponibilização de recursos que auxiliem as mães a estudarem ou permanecerem estudando pode favorecer oportunidades de crescimento profissional, aumento de renda e condições de vida mais satisfatórias. Tais recursos envolvem o estabelecimento de políticas públicas direcionadas para mães de crianças que tornem mais flexíveis os horários de estudo e disponibilizem bolsas de auxílio, como medidas que poderiam contribuir para que essas mães permaneçam estudando. Além do mais, a criação e manutenção de creches públicas e a possibilidade de horário integral em escolas públicas, com atividades no contra turno que favoreçam o desenvolvimento de competências emocionais, a criatividade e a cooperação, revelam-se fundamentais como forma de apoio às mães.

Ademais, ao serem comparadas as relações encontradas no grupo de mães residentes em favelas e de mães que não residiam nesses territórios, foram identificadas diferenças importantes. Ao comparar as análises de correlação de variáveis sociodemográficas com as variáveis de crenças maternas, avaliação de satisfação e segurança e regulação emocional infantil nos dois grupos, foi observado um número bem superior de relações no grupo de mães não residentes em favela em comparação ao grupo de mães residentes em favela. Enquanto no grupo de mães de favela, apenas o alto nível de escolaridade materno se associou com a valorização do controle sobre as próprias emoções, no caso das mães de não-favela, a idade, o número de coabitantes e o nível de escolaridade materno indicaram correlações significativas com as demais variáveis. Dessa forma, é possível que em relação às características sociodemográficas de cada grupo, o grupo de mães residentes em favela tenha sido mais homogêneo.

Além disso, embora não tenham sido encontradas diferenças significativas entre esses grupos em relação às médias de crenças parentais, foi identificado que no grupo de mães que moram em favela, quanto mais inseguras elas se sentiam no bairro, menos

compreendiam as próprias emoções como sinal de fraqueza. Por outro lado, para mães que não moram em favela, quanto mais inseguras elas se sentiam em seus bairros, maior a crença de que precisam controlar suas emoções.

Visto isso, é possível que as especificidades desses diferentes contextos seja um importante fator a ser considerado em relação a compreensão das crenças parentais. Isso porquê, enquanto a insegurança percebida por mães moradoras de favela tende a gerar crenças mais positivas sobre as próprias emoções, no sentido de discordar que sejam sinais de fraqueza, a insegurança percebida por mães de não-favela tende a gerar crenças mais negativas, levando-as a compreender as emoções como algo a ser controlado.

As especificidades mencionadas, possivelmente, podem estar relacionadas aos diferentes tipos de violência vivenciados nesses territórios (ISP, 2019). No contexto de favela, por exemplo, tendem a prevalecer situações de conflitos armados, nas quais as emoções podem ser entendidas como importantes sinalizadores de perigo, o que pode acionar estratégias de proteção. No entanto, em bairros cariocas não caracterizados como favela, situações que envolvem roubos e assaltos são mais recorrentes, o que pode intensificar a crença de que as emoções precisam ser controladas, na medida em que reagir nessas circunstâncias pode aumentar a exposição ao risco.

Outra diferença importante entre os dois grupos, foi relativa às relações entre crenças sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções infantis. No grupo das mães residentes em não-favela, os resultados foram semelhantes aos resultados da amostra geral, indicando que quanto menos as mães compreendiam as próprias emoções como sinal de fraqueza, mais elas tendiam a valorizar as competências emocionais de seus filhos(as). Porém, no grupo de mães residentes em favela, não foram encontradas relações entre as crenças sobre as próprias emoções e crenças sobre as emoções da criança. Nesse sentido, é possível que para essas mães, a forma como os adultos compreendem e lidam com as próprias emoções é diferente da maneira como as crianças compreendem e lidam com as emoções delas. Para esse grupo de mães, deve haver elementos no contexto aonde vivem que contribuem para essa percepção.

Uma última diferença entre os grupos foi a identificação de relações entre avaliação de satisfação e segurança no bairro e regulação emocional infantil no grupo de mães moradoras de favela, mas não no grupo de mães de não-favela. No caso das mães residentes em favela, notou-se que quanto menos satisfeitas, maior era a regulação emocional e labilidade emocional da criança. Além disso, quanto maior a avaliação de

satisfação e segurança, menor eram as médias de labilidade emocional. Esses resultados, apesar de aparentemente controversos, parecem indicar que para esse grupo, o fato de se perceberem insatisfeitas onde moram, pode, por um lado, dificultar na utilização práticas que auxiliem as crianças no processo de regulação emocional, na medida em que elas próprias não possuem necessidades básicas atendidas (Conger et al., 2010; Masarik & Conger, 2017). Por outro lado, é possível que a insatisfação dessas mães atue como um motivador para que incentivem e ajudem as crianças a melhor se regular emocionalmente.

Já para as mães que não moram em favela, possivelmente, não foram encontradas relações entre avaliação de satisfação e segurança no bairro e regulação emocional infantil pela forma como crianças de favela e não-favela tendem a se relacionar com seus territórios. É comum que, com poucos locais de lazer, crianças que moram em favela, brinquem pelas ruas do bairro, o que pode deixá-las mais expostas a perigos, exatamente, em função de recursos precários no território. Contudo, crianças que residem em contextos de não-favela tendem a ter mais espaços de lazer disponíveis, nos quais é possível que haja uma maior percepção de segurança. Nesse sentido, para essas crianças, é possível, que a forma como suas mães avaliam o bairro, tenda a gerar menores impactos no processo de regulação emocional infantil.

Entretanto, surpreendentemente, não foram encontradas relações entre crenças parentais e regulação emocional infantil na amostra geral e também em nenhum dos dois grupos, quando analisados de forma independente. Uma maneira de interpretar esse dado é através da consideração de que não, necessariamente, as práticas de socialização utilizadas pelas mães correspondem ao que manifestam como crenças (Lighthfoot & Valsiner, 1992; Santana, 2006). Sendo assim, em alguma medida, pode ser que haja divergências entre as crenças expressas por essas mães e as práticas por elas adotadas, contribuindo para diferentes desfechos nos resultados de regulação emocional infantil.

Além disso, deve-se acrescentar a avaliação das limitações do presente estudo para a compreensão dos resultados encontrados. Um primeiro ponto a se considerar, foi o baixo número de participantes na pesquisa. Dessa forma, alguns cálculos estatísticos não puderam ser realizados em função da amostra ter sido composta por menos de 50 participantes.

Outra consideração importante diz respeito à escolha do instrumento para a avaliação da regulação emocional infantil. O ERC consiste num instrumento de heterorrelato, no qual os cuidadores avaliam a regulação emocional da criança,

composto por dois fatores: regulação emocional e labilidade emocional. Visto isso, existe a possibilidade do relato das mães sobre a regulação emocional dos seus filhos(as) não corresponder, necessariamente, a regulação emocional da criança (Houriga et al., 2011), mas se referir a uma expressão da forma como gostariam que seus filhos(as) se regulassem.

Ademais, o ERC avalia os processos de regulação e labilidade emocional como um todo, sem classificar diferentes emoções em dimensões específicas. Contudo, os estudos sobre regulação emocional indicam que diferentes emoções tendem a demandar estratégias de regulação distintas (Arándiga & Tortosa, 2004; Quiñones-Camacho & Davis, 2019). Nessa medida, é possível que os resultados encontrados possam ter sido enviesados pela não categorização de diferentes emoções em diferentes fatores.

Por fim, deve-se acrescentar que o presente estudo foi realizado em um contexto pandêmico, no qual o isolamento social foi adotado como uma das principais estratégias de controle da propagação do vírus da COVID-19 (Linhares & Enumo, 2020). Dessa forma, grande parte das atividades do dia-a-dia passou a ser realizada de forma remota, através de recursos como vídeos e videochamadas, por exemplo. A coleta de dados dessa pesquisa, inclusive, precisou ser adaptada para o ambiente online para que fosse viabilizada. Sendo assim, por um lado, é possível que a massiva exposição à tela e o esforço adaptativo para essa nova realidade tenham dificultado o engajamento de participantes para o preenchimento da pesquisa. E, por outro, tenha gerado um viés importante em relação às participantes da pesquisa, na medida em que, apenas mães com acesso a celulares e internet puderam participar.

Com isso, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem, além das crenças parentais, relações entre práticas de socialização emocional e a regulação emocional da criança, a fim de verificar o papel das crenças parentais nesse processo de socialização das emoções. Além disso, indica-se a captação de uma amostra de participantes mais expressiva, como forma de ampliar as possibilidades de cálculos estatísticos e diminuir a probabilidade de vieses. Também é sugerido que outros instrumentos de avaliação de regulação emocional infantil sejam acrescentados ao método (tarefas, instrumentos de autorrelato etc.) e a coleta de dados ocorra de forma presencial, o que pode oferecer uma perspectiva mais ampla sobre o processo de regulação emocional das crianças e possibilitar a inclusão de participantes que não possuem acesso a celulares e internet. Por fim, também é recomendado que estudos posteriores leve em consideração a raça

dos participantes, tendo em vista a diversidade étnica-racial dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, acredita-se que o presente estudo pode contribuir para o avanço das pesquisas sobre contextos de parentalidade e desenvolvimento socioemocional. Na medida em que, lança luz sobre singularidades de contextos plurais dentro da cidade do Rio de Janeiro e sobre as repercussões dessas singularidades nas crenças maternas sobre as emoções e na regulação emocional das crianças, propõem-se caminhos e estratégias que podem auxiliar mães e crianças nesse processo.

Referências bibliográficas

- Abramoway, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco, BID.
- Alvarenga, P., Oliveira, J. M., & Lins, T. C. S. (2018). Reflexões sobre a parentalidade no contexto de vulnerabilidade social no Brasil. In L. F. Pessôa, D. M. L. F. Mendes, & M. L. Seidl-de-Moura (Orgs.), *Parentalidade: Diferentes perspectivas, evidências e experiências*. Editora Appris: Curitiba.
- Arándiga, A.V. & Tortosa, C.V. (2004). *Inteligencia Emocional: Aplicaciones educativas*. Madrid: Editorial Eos.
- Assis, S. G., Avanci, J. Q., & Pesce, R. P. (2013). *Proteção e atenção às crianças e adolescentes em meio à violência comunitária*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ENSP/ CLAVES.
- Batista, H. H., & Noronha, A. P. (2018). Instrumentos de Autorregulação Emocional: Uma Revisão de Literatura. *Avaliação Psicológica*, 17(3), 389-398. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1703.15643.12>.
- Benga, O., Susa-Erdogan, G., Friedlmeier, W., Corapci, F., & Romonti, M. (2019). Maternal Self-Construal, Maternal Socialization of Emotions and Child Emotion Regulation in a Sample of Romanian Mother-Toddler Dyads. *Frontiers in psychology*, 9, 2680.
- Borges, L., & Pacheco, J. T. B. (2018). Sintomas depressivos, autorregulação emocional e suporte familiar: um estudo com crianças e adolescentes. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(3), 132-148. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n3suplp132>.
- Brassard, M. R., & Boehm, A. E. (2007). *Preschool assessment: Principles and practices* (pp. 508-576). Guilford Press: New York.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Brophy-Herb, H. E., Bocknek, E. L., Vallotton, C. D., Stansbury, K. E., Senehi, N., Dalimonte-Merckling, D., & Lee, Y.-E. (2015). Toddlers with Early Behavioral Problems at Higher Family Demographic Risk Benefit the Most from Maternal Emotion Talk. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, 36(7), 512–520.
- Carmo, P. H. B., & Alvarenga, P. (2012). Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconômicos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(2), 191-197.
- Carter, A. S.; Briggs-Gowan, M. J. & Davis, N. O. (2004). Assessment of young children's social-emotional development and psychopathology: Recent advances and recommendations for practice. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(1), 109-134.

- Castro, V. L., Halberstadt, A. G., Lozada, F. T., & Craig, A. B. (2015). Parents' Emotion-Related Beliefs, Behaviors, and Skills Predict Children's Recognition of Emotion. *Infant and Child Development*, *24*(1), 1–22.
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic status, family process, and individual development. *Journal of Marriage and Family*, *72*(3), 685-704.
- Cruvinel, M., & Boruchovitch, E. (2011). Regulação emocional em crianças com e sem sintomas de depressão. *Estudos de Psicologia*, *16*(3), 219-s226. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300003>.
- Cruz, E. J. S., Cavalcante, L. I. C., & Pedroso, J. S. (2014). Inventário do conhecimento do desenvolvimento infantil: Estudo com mães de crianças em acolhimento institucional. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, *15*(1), 49-63.
- Curvello, R. P., & Mendes, D. M. L. F. (2020). Estratégias de regulação emocional de pais: uma revisão da literatura. *Psicologia Clínica*, *32*(2), 231-250. <http://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A02>.
- Dantas, A. M. C. C., & Boruchovitch, E. (2019). *Regulação emocional e suas relações com o desempenho escolar de crianças no ensino fundamental*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Sage Publications, Inc.
- Dias, M. G., Vikan, A., & Gravas, S. (2000). Tentativas de crianças em lidar com as emoções de raiva e de tristeza. *Estudos de Psicologia (Natal)*, *5*, 49-70.
- Eisenberg, N.; Cumberland, A.; & Spinrad, T.L. (1998). Parental Socialization of Emotion. *Psychol Inq.* *9*(4), 241–273.
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Bernzweig, J., Karbon, M., Poulin, R., & Hanish, L. (1993). The relations of emotional and regulation to preschoolers' social skills and socioeconomic status. *Child Development*, *64*, 1418–1438.
- Ellis, B. H., Alisic, E., Reiss, A., Dishion, T., & Fisher, P. A. (2014). Emotion Regulation Among Preschoolers on a Continuum of Risk: The Role of Maternal Emotion Coaching. *Journal of Child and Family Studies*, *23*(6), 965–974.
- English, T., Lee, I. A., John, O. P., & Gross, J. J. (2017). Emotion regulation strategy selection in daily life: The role of social context and goals. *Motivation and Emotion*, *41*, 230-242. <http://doi.org/10.1007/s11031-016-9597-z>.
- Evans, G. W., & Wachs, T. D. (2010) *Chaos and its influence on children's development: an ecological perspective*. Washington: American Psychological Association.
- Fan, Y., & Chen, Q. (2012). Family functioning as a mediator between neighborhood conditions and children's health: Evidence from a national survey in the United States. *Social Science & Medicine*, *74*(12), 1939 -1947.

- Gao, M., & Han, Z. R. (2016). Family Expressiveness Mediates the Relation Between Cumulative Family Risks and Children's Emotion Regulation in a Chinese Sample. *Journal of Child and Family Studies*, 25(5), 1570–1580.
- Geary, D. C., & Flinn, M. V. (2001). Evolution of human parental behavior and the human family. *Parenting: Science and Practice*, 1 (2), 5-61.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory*. New York: Aldene de Gruyter.
- Goodman, J. L., & Borio, L. (2020). Finding effective treatments for COVID-19 scientific integrity and public confidence in a time of crisis. *Journal of American Medical Association*, 16(4), e1-e2. <http://doi.org/10.1001/jama.2020.6434>.
- Gross, J. J. (1998). The emerging field of emotion regulation: a integrative review. *Review of General Psychology*, 2(3), 271-299.
- Gross, J. J. (2015). Emotion regulation: current status and future prospects. *Psychological Inquiry*, 26(1), 1-26.
- Gross, J. J., & Thompson, R. (2007). Emotion regulation: conceptual foundations. In J. J. Gross (Org.), *Handbook of emotion regulation*. New York: The Guilford Press.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1992). Parental ethnotheories in action. In I. Sigel, A. V. McGillicuddy-DeLisi & J. Goodnow (Orgs.). *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (2nd ed.) (373-392). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Harkness, S., & Super, C. M. (1993). The developmental niche: Implications for children's literacy development. In L. Eldering & P. Lesemen (Orgs.). *Early intervention and culture: Preparation for literacy*. (115-132). Paris: UNESCO.
- Harkness, S., & Super, C. M. (2006). Themes and variations: parental ethnotheories in western cultures. In Rubin, K. (Org.). *Parental beliefs, parenting, and child development in cross-cultural perspective* (61-79). New York: Psychology Press.
- Holodynski, M., & Friedlmeier, W. (2010). *Development of emotions and emotion regulation* (translation by J. Harrow). New York: Springer.
- Hourigan, S. E., Goodman, K. L., & Shoutham-Gerow, M. A. (2011). Discrepancies in parent's and children's reports of child emotion regulation. *Journal of Experimental Child Psychology*, 110, 198-212.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Aglomerados Subnormais: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à Covid-19. Brasil: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Censo Demográfico. Brasil: Autor.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. Brasil: Autor.
- Instituto de Segurança Pública (ISP). (2019). Balanço de crimes contra o patrimônio. Brasil: Autor.

- Instituto de Segurança Pública (ISP). (2019). Balanço de homicídios. Brasil: Autor.
- Jocson, R. M., & McLoyd, V. C. (2015). Neighborhood and Housing Disorder, parenting, and youth adjustment in low-income urban families. *American Journal of Community Psychology*, 55(3-4), 304-313.
- John, O. P., & Gross, J. J. (2004). Healthy and unhealthy emotion regulation: personality process, individual differences, and life span development. *Journal of Personality*, 72(6), 1301-1334.
- Khakpoor, S., Saed, O., & Kian, A. A. (2019). Emotion regulation as the mediator of reductions in anxiety and depression in the Unified Protocol (UP) for transdiagnostic treatment of emotional disorders: double-blind randomized clinical trial. *Trends Psychiatry Psychother*, 41(3), 227-236. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-6089-2018-0074>.
- Lighthfoot, C., & Valsiner, J. (1992). Parental belief systems under the influence: social guidance of the construction of personal cultures. In I. S. Siegel; A. V. McGillicuddy-DeLisi & J. Goodnow (Orgs.). *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (pp. 393-414). Hillsdale, NJ e Hove, UK: Lawrence Erlbaum.
- Linhares, M. B. M., & Enumo, S. R. F. (2020). Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200089. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>.
- Macedo, L. S. R., & Sperb, T. M. (2013). Regulação de Emoções na Pré-Adolescência e Influência da Conversação Familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 133-140. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200002>.
- Machado & Mosmann (2020). Dimensões Negativas da Coparentalidade e Sintomas Internalizantes: A Regulação Emocional como Mediadora. *Psicologia: Teoria e Prática*, 35(e35nspe12), 1-9. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35nspe12>.
- Maguire-Jack, K., & Klein, S. (2015). Parenting and proximity to social services: Lessons from Los Angeles County in the community context of child neglect. *Child Abuse & Neglect*, 45, 35-45.
- Malik, N.M. (2008). Exposure to domestic and community violence in a nonrisk sample: associations with child functioning. *J. Interpers Violence*, 23, 490-504.
- Masarik, A. S., & Conger, R. D. (2017). Stress and child development: A review of the Family Stress Model. *Current Opinion in Psychology*, 13, 85-90.
- Melim, B., Matias, M., Ferreira, T., & Matos, P. (2019). Parent's and Children's Emotion Regulation and the Work-Family Interface. *Journal of Marriage and Family*, 81, 1110-1125. <https://doi.org/10.1111/jomf.12597>.
- Mendes, D. M. L. F. (2018). Socialização da emoção no desenvolvimento infantil. In L. F. Pessôa, D. M. L. F. Mendes, & M. L. Seidl-de-Mora (Orgs.), *Parentalidade: Diferentes perspectivas, evidências e experiências*. Editora Appris: Curitiba.
- Mendes, D. M. L. F., Pessôa, L. F., & Cavalcante, L. I. C. (2016). Metas parentais de socialização da emoção e modelos de self: uma articulação conceitual. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(2), 450-468.

- Mendes, D. M. L. F., Pires, P. P., & Fioravanti, A. C. M. (2018). Escala crenças parentais sobre competência emocional em crianças (COMPE): Propriedades psicométricas. *Temas em Psicologia*, 26(4), 1819-1832.
- Meyer, S., Raikes, H. A., Virmani, E. A., Waters, S., & Thompson, R. A. (2014). Parent emotion representations and the socialization of emotion regulation in the family. *International Journal of Behavioral Development*, 38(2), 164–173.
- Mograbi, D. C., Indelli, P., Lage, C. A., Tebyriça, V., Landeira-Fernandez, J., & Rimes, K. A.. (2018). Cross-cultural adaptation and validation of the Brazilian version of the Beliefs about Emotions Scale. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*, 40(1), 21-28.
- Moreira, P. L., Abreu, E., & Rique-Neto, J. (2012). Influência da idade e do contexto socioeducacional na compreensão emocional de crianças. *Estudos de Psicologia*, 29, 761-767. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500012>.
- Osofsky, J. D. (1995). The effect of exposure to violence on young children. *Am Psychol*, 50(9), 782–788.
- Quiñones-Camacho, L. E., & Davis, E. L. (2019): Children’s awareness of the context-appropriate nature of emotion regulation strategies across emotions, *Cognition and Emotion*, 1-9.
- Reis, A. L., Oliveira, S. E. S., Bandeira, D. R., Andrade, N. C., Abreu, N., Sperb, T. M. (2016). Emotion Regulation Checklist (ERC): Estudos Preliminares da Adaptação e Validação para a Cultura Brasileira. *Temas em Psicologia*, 24(1), 77-96.
- Roazzi, A., Dias, M. G., Silva, J., Santos, L., & Roazzi, M. (2011). O que é emoção? Em busca da organização estrutural do conceito de emoção em crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24, 51-61.
- Rocha, A. M., Candeias, A. A., & Silva, A. L. da. (2018). Regulação das emoções na infância: Delimitação e definição. *Psychologica*, 61(1), 7-28.
- Repetti, R. L., Taylor, S. E., & Seeman, T. E. (2002) Risky families: family social environments and the mental and physical health of offspring. *Psychol Bull*, 128(2), 330–366.
- Ribas Jr., R. C., Moura, M. L. S., & Bornstein, M. H. (2003). Socioeconomic status in Brazilian psychological research: II. socioeconomic status and parenting knowledge. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(3), 385-392.
- Rimes K. A., & Chalder T. (2010). The Beliefs about Emotions Scale: Validity, reliability and sensitivity to change. *J Psychosom Res.*, 68, 285-92.
- Rogers, M. L., Halberstadt, A. G., Castro, V. L., MacCormack, J. K., & Garrett-Peters, P. (2016). Maternal Emotion Socialization Differentially Predicts Third-Grade Children’s Emotion Regulation and Liability. *Emotion*, 16(2), 280–291.
- Santana, L. S. (2006). Crenças maternas e práticas de cuidado. *Monografia apresentada como requisito de título de Psicólogo ao Instituto de Psicologia da UERJ*.
- Santos, S. (2005). *Raciocínio emocional e regulação afetiva numa perspectiva desenvolvimental na infância. Dissertação de Mestrado*, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- Shaffer, A., Suveg, C., Thomassin, K., & Bradbury, L. L. (2012). Emotion Socialization in the Context of Family Risks: Links to Child Emotion Regulation. *Journal of Child and Family Studies*, 21(6), 917–924.
- Shields, A. M., & Cicchetti, D. (1995). *The development of an emotion regulation assessment battery: Reliability and validity among at-risk grade-school children*. Paper presented at the biennial meeting of the Society for Research on Child Development, Indianapolis, IN, USA.
- Shonkoff, J. P., Richter, L., van der Gaag, J., & Bhutta, Z. A. (2012). An integrated scientific framework for child survival and early childhood development. *Pediatrics*, 129(2), 460-472. <http://doi.org/10.1542/peds.2011-0366>.
- Silva, E., Freire, T., & Faria, S. (2018). The Emotion Regulation Strategies of Adolescents and their Parents: An Experience Sampling Study. *Journal of Child and Family Studies*, 27, 1774–1785. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1015-6>.
- Silva, I. C. P., Cunha, K. C., Ramos, E. M. L. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. C. (2019). Estresse parental em famílias pobres. *Psicologia em estudo*, 24, 1-17.
- Slopen, N., McLaughlin, K. A., & Shonkoff, J. P. (2014). Interventions to improve cortisol regulation in children: a systematic review. *Pediatrics*, 133(2), 312-326. <http://doi.org/10.1542/peds.2013-1632>
- Thomas, J. C., Letourneau, N., Campbell, T. S., Tomfohr-Madsen, L., & Giesbrecht, G. F. (2017). Developmental origins of infant emotion regulation: Mediation by temperamental negativity and moderation by maternal sensitivity. *Developmental Psychology*, 53(4), 611-628. <https://doi.org/10.1037/dev0000279>.
- Thompson, R. A. (1994). Emotion Regulation: theme in search of definition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59(2-3), 25-52.
- Trivers, R. (1972). Parental investment and sexual selection. *Sexual Selection and the Descent of Man*, 13(2), 53-95.
- Victor, T. A., S., Ramos, D. O., Seidl-de-Moura, M. L., & Fioravanti, A. C. M. (2017). Desenvolvimento de um instrumento para avaliação de satisfação e segurança no bairro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(2), 556, 574.
- Vieira, N. S. C., Prette, Z. A. P. D., Oliveira, A. M., Ribeiro, D. F., Silva, S. F., Raimundo, E. M., Teodoro, S. C., Freitas, L. C., & Guerra, L. B. (2020). Effects of a Preventive Intervention of Emotional Regulation in the School Context. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(e3639), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3639>.
- Vitorino, A. R. M. M. & Machado, T. S. (2018). *Relações entre estratégias de regulação emocional e bem-estar psicológico, satisfação com a vida e esperança nos adolescentes*. Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Walker, S. P. et al. (2007). Child development: Risk factors for adverse outcomes in developing countries. *The Lancet*, 369(9.556), 145-157.
- Walker, S. P. et al. (2011). Inequality in early childhood: Risk and protective factors for early child development. *The Lancet*, 378(9.799), 1.325-1.338.

- Wanless, S. B., McClelland, M. M., Tominey, S. L., & Acock, A. C. (2011). The influence of demographic risk factors on children's behavioral regulation in prekindergarten and kindergarten. *Early Education & Development, 22*, 461-488.
- Waters, S. F., & Thompson, R. A. (2014). Children's perceptions of the effectiveness of strategies for regulating anger and sadness. *International Journal of Behavioral Development, 38*(2), 174-181.

Anexos

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa “Parentalidade em contextos distintos: Crenças parentais e regulação emocional infantil” que tem por objetivo investigar as relações entre crenças de pais e mães sobre a emoção e a regulação emocional de seus filhos(as) em diferentes contextos. Sua participação pode nos ajudar a fornecer evidências importantes para a parentalidade positiva e para a promoção de saúde emocional de crianças inseridas em contextos sociais diversos.

A aplicação do questionário da pesquisa é completamente virtual e seu preenchimento tem duração aproximada de 10 minutos. Ao longo do questionário, serão feitas algumas perguntas sobre quais são suas crenças sobre as emoções, sobre como seu/sua filho(a) costuma lidar com as emoções dele(a) e sobre o quanto você se sente satisfeito(a) e seguro(a) no bairro em que mora.

A princípio, essa pesquisa possui riscos mínimos. No entanto, pode ser que ao responder às perguntas do questionário, você se sinta mobilizado(a) e tenha algum tipo de desconforto. Nesse caso, você poderá entrar em contato por e-mail com a pesquisadora responsável, que é que é psicóloga, e poderá lhe oferecer escuta e suporte especializado.

Pais e mães que aceitarem participar, serão convidados para uma palestra sobre parentalidade ministrada pela pesquisadora responsável, na qual terão acesso aos resultados da pesquisa. O convite será realizado pelo e-mail fornecido pelos participantes que se interessarem. Além disso, com sua contribuição, esperamos ampliar o conhecimento acerca das crenças parentais e sua relação com a regulação emocional dos seus filhos, o que pode nos ajudar a melhor compreender os efeitos de diferentes contextos nesses aspectos da parentalidade e do desenvolvimento infantil.

Os dados obtidos serão usados somente para o fim previsto neste projeto de pesquisa e serão acessados apenas pelas pesquisadoras envolvidas. As informações obtidas serão mantidas em lugar seguro, sob responsabilidade da pesquisadora responsável, pelo período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou atividades didáticas, não serão utilizados nomes ou quaisquer outras informações que possam vir a identificá-lo(a).

Para esta pesquisa, não será cobrado nenhum custo do participante. Do mesmo modo, não haverá compensação financeira ou qualquer tipo de pagamento relacionado à sua

participação. Você terá total e plena liberdade para se recusar a participar bem como retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem que haja nenhum dano.

Caso tenha dúvidas e precise de esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá fazer contato com a pesquisadora responsável, Leticia Oliveira da Silva, através do e-mail: leticia-oliveira92@hotmail.com ou com sua orientadora, Prof^a Luciana Fontes Pessôa, através do e-mail: luciana_pessoa@puc-rio.br.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em contato com a Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, localizada na Rua Marques de São Vicente, 225, Edifício Kennedy, 2º andar – Gávea, 22453-900, Rio de Janeiro – RJ, cujo telefone é (21)3527-1618. A Câmara de Ética em Pesquisa é a instância da PUC-Rio que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes. Ou, ainda pode entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa Unisum, localizado na Avenida Paris, 72, Bonsucesso, 21041-010, Rio de Janeiro – RJ, cujo o telefone é (21)3882-9797 (Ramal: 9943). O Comitê de Ética e Pesquisa Unisum é a instância ligada ao CONEP que foi designada para a avaliação ética do presente projeto.

() Acredito ter sido suficientemente informado e concordo voluntariamente em participar.

() Não tenho interesse em participar.

Anexo B - Ficha sociodemográfica

Você é pai ou mãe? Pai Mãe

Quantos anos você tem? _____

Em que estado você nasceu? _____

Em qual bairro você reside? _____

Seu bairro é um território dominado por tráfico ou milícia? Sim Não

Quantos filhos você tem? _____

Quantas pessoas moram junto com você, somando crianças e adultos? _____

Qual seu estado civil? Solteiro(a) Separado(a)/Divorciado(a)
 Casado(a)/União estável Viúvo(a)

Qual é sua escolaridade?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Não alfabetizado | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo | <input type="checkbox"/> Superior completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto | <input type="checkbox"/> Pós-graduação |

Está empregado(a) atualmente? Sim Não

Qual é sua profissão? _____

Qual é sua renda familiar? _____

Seu filho(a) que possui idade de 8 a 11 anos é: Menino Menina

Quantos anos ele/ela tem? _____

Qual é a série/ano escolar do(a) seu/sua filho(a)?

- | | | |
|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1º ano | <input type="checkbox"/> 2º ano | <input type="checkbox"/> 3º ano |
| <input type="checkbox"/> 4º ano | <input type="checkbox"/> 5º ano | <input type="checkbox"/> 6º ano |

Em qual data você está preenchendo esse formulário? ____/____/____

Anexo C – Escala de Crenças sobre as Emoções

Por favor marque a coluna que melhor descreve como você pensa. Note que, porque as pessoas são diferentes, não há resposta certa ou errada para estas afirmações. Para decidir se uma resposta é típica do seu jeito de ver a vida, considere simplesmente como você pensa na maior parte do tempo.

	Concordo totalmente	Concordo muito	Concordo parcialmente	Neutro	Discordo parcialmente	Discordo muito	Discordo totalmente
1- É um sinal de fraqueza se eu tenho pensamentos tristes.							
2- Se eu tenho dificuldades, não devo admiti-las para os outros.							
3- Se eu perder controle das minhas emoções na frente dos outros, eles vão me achar uma pessoa inferior.							
4- Eu deveria ser capaz de controlar minhas emoções.							
5- Se eu estou tendo dificuldades, é importante fingir que está tudo bem.							
6- Se eu mostrar sinais de fraqueza, os outros irão me zombar.							
7- Eu não devo me deixar levar por sentimentos negativos.							
8- Eu deveria ser capaz de lidar sozinho com dificuldades, sem contar com os outros para ajuda.							
9- Para ser aceito pelos outros, eu devo guardar quaisquer dificuldades ou sentimentos negativos para mim mesmo.							
10- É idiotice ter pensamentos tristes.							
11- Seria um sinal de fraqueza mostrar minhas emoções em público.							
12- Outros esperam que eu sempre esteja no controle de minhas emoções.							

Anexo D – COMPE

Escala de crenças parentais sobre competência emocional em crianças

Marque um dos números (1 a 6) para dizer o quanto você concorda que “É importante para o desenvolvimento da criança que ela...”

1 ----- 2 ----- 3 ----- 4 ----- 5 ----- 6

Nada importante

Razoavelmente importante

Extremamente importante

1	Expresse a emoção que sente quando está contente brincando com outras crianças.	1	2	3	4	5	6
2	Entenda que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo se chama medo.	1	2	3	4	5	6
3	Saiba que se alguém está se mostrando com raiva é porque ocorreu algo que lhe irritou ou aborreceu muito.	1	2	3	4	5	6
4	Expresse a emoção que sente quando outra criança faz alguma coisa que estraga a brincadeira.	1	2	3	4	5	6
5	Compreenda que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo é tristeza.	1	2	3	4	5	6
6	Demonstre alegria quando está feliz.	1	2	3	4	5	6
7	Saiba que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo se chama orgulho.	1	2	3	4	5	6
8	Peça ajuda à mãe ou outra pessoa em quem confie, quando está com muita raiva porque uma criança tomou o seu brinquedo e quebrou.	1	2	3	4	5	6
9	Mostre que ficou com raiva quando alguma coisa que queria não deu certo.	1	2	3	4	5	6
10	Compreenda que se alguém parece envergonhado é porque está sem jeito diante de outras pessoas ou de certas situações.	1	2	3	4	5	6
11	Expresse vergonha quando se sente constrangida diante de alguém ou por alguma situação.	1	2	3	4	5	6
12	Expresse a emoção que sente quando vê um cão latindo se aproximando de forma ameaçadora.	1	2	3	4	5	6
13	Manifeste orgulho quando fez algo que sabe que seus pais consideram muito importante.	1	2	3	4	5	6
14	Encontre uma maneira eficiente de buscar ajuda quando precisa suportar o medo que está sentindo.	1	2	3	4	5	6
15	Compreenda que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo se chama raiva.	1	2	3	4	5	6
16	Entenda que o que está sentindo naquela situação é tristeza e não raiva.	1	2	3	4	5	6
17	Peça ajuda à mãe ou outra pessoa em quem confie, para conseguir aguentar o medo e não entrar em pânico.	1	2	3	4	5	6

18	Demonstre que está orgulhosa por ter conseguido fazer aquilo que tanto queria.	1	2	3	4	5	6
19	Expresse que está brava quando alguma coisa que não lhe agrada acontece.	1	2	3	4	5	6
20	Expresse a emoção que sente quando seu brinquedo favorito cai no chão e quebra todo.	1	2	3	4	5	6
21	Compreenda que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo é vergonha.	1	2	3	4	5	6
22	Mostre que ficou com raiva quando aconteceu algo que lhe contrariou.	1	2	3	4	5	6
23	Controle a raiva para não agredir outra criança que tomou o seu brinquedo e quebrou, mesmo que fique muito aborrecida.	1	2	3	4	5	6
24	Tenha conhecimento de que o que outra pessoa (adulto ou criança) está sentindo é culpa.	1	2	3	4	5	6
25	Demonstre que ficou com raiva quando outra criança lhe bateu com força.	1	2	3	4	5	6
26	Entenda que se alguém está expressando alegria significa que algo de bom aconteceu.	1	2	3	4	5	6
27	Demonstre medo quando vê um cão latindo se aproximando de forma ameaçadora.	1	2	3	4	5	6
28	Demonstre orgulho quando fez algo que agradou muito a seus pais.	1	2	3	4	5	6
29	Regule a forma como mostra suas emoções para que sejam adequadas à situação e ao ambiente.	1	2	3	4	5	6
30	Demonstre que está com medo quando ouve algo que a deixa assustada.	1	2	3	4	5	6

Anexo E – Escala de Avaliação de Satisfação e Segurança

Abaixo você encontrará algumas afirmações sobre a vida cotidiana em seu bairro, por favor, responda com sinceridade, marcando um X o quanto você concorda ou discorda com essas afirmações.

1 ----- 2 ----- 3 ----- 4 ----- 5

Discordo totalmente

Concordo totalmente

1	Gostaria que meu(s) filho(s) fosse(m) criado(s) no bairro em que vivo atualmente.	1	2	3	4	5
2	O cotidiano do meu bairro me traz dúvidas acerca da minha sobrevivência.	1	2	3	4	5
3	Viver no local onde moro me garante um futuro seguro.	1	2	3	4	5
4	Eu considero como violento o cotidiano do meu bairro.	1	2	3	4	5
5	Faço muitas coisas boas em meu bairro.	1	2	3	4	5
6	Sinto-me ameaçado ao transitar no meu bairro.	1	2	3	4	5
7	Sinto-me satisfeito com a qualidade das instituições de ensino existentes no local onde moro.	1	2	3	4	5
8	Sinto-me mais ameaçado ao transitar no local onde moro do que em outros bairros.	1	2	3	4	5
9	A facilidade de locomoção para outras localidades é uma das vantagens do local onde moro.	1	2	3	4	5
10	Eu me sentiria mais seguro vivendo em outro local.	1	2	3	4	5
11	O meu bairro oferece boas opções de lazer com preços acessíveis.	1	2	3	4	5
12	Presencio com frequência situações violentas no bairro onde moro.	1	2	3	4	5
13	Sinto-me satisfeito(a) com os serviços de saúde presentes em meu bairro.	1	2	3	4	5
14	Há vantagens em morar em meu bairro.	1	2	3	4	5

Anexo F – Emotional Regulation Checklist (ERC) – Versão Brasileira

Por favor, leia as afirmações e coloque uma cruz (X), ou um círculo (O) na opção que melhor identifica aquilo que acontece com a criança que você está avaliando. Se você acha que a criança apresenta bastante do comportamento descrito na sentença marque “3” (muitas vezes) ou “4” (quase sempre), caso contrário, marque “1” (nunca) ou “2” (algumas vezes). Utilize a legenda para marcar as sentenças conforme você acha que os comportamentos descritos acontecem com a criança.

Legenda	1. Nunca	2. Algumas vezes	3. Muitas vezes	4. Quase sempre
---------	----------	------------------	-----------------	-----------------

1	É uma criança alegre.	1	2	3	4
2	Apresenta grande variação de humor (o estado emocional da criança é difícil de ser previsto, pois ela muda rapidamente de bem humorada para mal humorada).	1	2	3	4
3	Responde de forma positiva a iniciativas de adultos de se aproximar de forma neutra ou amigável.	1	2	3	4
10	Troca bem de uma atividade para outra (não fica ansiosa, irritada, angustiada ou excessivamente empolgada quando passa de uma atividade para outra).	1	2	3	4
	Recupera-se rapidamente de episódios de aborrecimento ou angústia (por exemplo, não permanece quieta ou mal humorada, ansiosa ou triste após eventos emocionalmente estressantes).	1	2	3	4
	Frustra-se facilmente.	1	2	3	4
	Responde de forma positiva a iniciativas de seus pares de se aproximar de forma neutra ou amigável (pares são crianças da mesma idade ou colegas).	1	2	3	4
	É propensa a explosões de raiva / birra.	1	2	3	4
	É capaz de adiar gratificação (por exemplo, suporta a espera por uma recompensa).	1	2	3	4
	Sente prazer com o sofrimento dos outros (por exemplo, ri quando outra pessoa se machuca ou é punida; gosta de provocar os outros).	1	2	3	4
	Consegue controlar a empolgação em situações emocionalmente estimulantes (por exemplo, não se empolga excessivamente em situações de brincadeiras de alta energia, ou não fica muito agitada em contextos inapropriados).	1	2	3	4
	É chorona ou gosta de ficar “agarrada” com adultos.	1	2	3	4
	É propensa a explosões inadequadas de animação e entusiasmo.	1	2	3	4
14	Responde com raiva ou de forma zangada quando os adultos lhe impõem limites.	1	2	3	4
15	A criança consegue dizer quando está se sentindo triste, com raiva ou zangada, com medo ou assustada.	1	2	3	4
16	Parece triste ou apática.	1	2	3	4
17	É excessivamente empolgada ao tentar envolver outros na brincadeira.	1	2	3	4
18	Mostra humor apático (fisionomia é vaga e inexpressiva; a criança parece ausente emocionalmente).	1	2	3	4

19	Responde de forma negativa a aproximações neutras ou amigáveis feitas por pares (crianças ou colegas da mesma idade) (por exemplo, pode falar com um tom de voz com raiva ou responder com medo)	1	2	3	4
20	É impulsiva.	1	2	3	4
21	É empática com os outros. Mostra preocupação quando os outros estão chateados ou angustiados.	1	2	3	4
22	Demonstra entusiasmo que os outros consideram inapropriado, intrusivo ou intrometido.	1	2	3	4
23	Mostra emoções negativas apropriadas (raiva, medo, frustração, angústia) em resposta a atos hostis, agressivos ou intrusivos dos pares (crianças ou colegas da mesma idade).	1	2	3	4
24	Demonstra emoções negativas quando está tentando engajar os outros em brincadeira.	1	2	3	4